

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LETÍCIA BUZÁ FERREIRA

**A ECONOMIA DE GUERRA DOS ESTADOS FRAGILIZADOS POR CONFLITOS:  
UM ESTUDO SOBRE A ASCENSÃO DO ESTADO ISLÂMICO KHORASAN NO  
AFEGANISTÃO**

UBERLÂNDIA - MG

2024

LETÍCIA BUZÁ FERREIRA

**A ECONOMIA DE GUERRA DOS ESTADOS FRAGILIZADOS POR CONFLITOS:  
UM ESTUDO SOBRE A ASCENSÃO DO ESTADO ISLÂMICO KHORASAN NO  
AFEGANISTÃO**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e  
Relações Internacionais da Universidade Federal de  
Uberlândia como pré-requisito para a obtenção do  
título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

UBERLÂNDIA - MG

2024

LETÍCIA BUZÁ FERREIRA

**A ECONOMIA DE GUERRA DOS ESTADOS FRAGILIZADOS POR CONFLITOS:  
UM ESTUDO SOBRE A ASCENSÃO DO ESTADO ISLÂMICO KHORASAN NO  
AFEGANISTÃO**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e  
Relações Internacionais da Universidade Federal de  
Uberlândia como pré-requisito para a obtenção do  
título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

BANCA EXAMINADORA  
Uberlândia, 19 de abril de 2024.

---

Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes (Orientador)  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

---

Prof. Dr. Edson José Neves Junior (Membro da Banca)  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

---

Prof. Dr. Flavio Pedroso Mendes (Membro da Banca)  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas participaram dessa jornada comigo e foram fundamentais para esse momento, mas antes de agradecer cada uma delas, preciso falar sobre outro serzinho muito especial, meu cachorro. Bruce, você foi meu maior desejo durante uns 15 anos e tudo bem, porque no minuto que eu vi sua foto sabia que tinha que ser você e toda a espera foi justificada. Demorou tudo isso, mas realizei um dos meus maiores sonhos de criança. Você não faz ideia, mas cada um dos seus pulos, carinhos, lambeijos e até arranhões foram essenciais para me encher de alegria e forças para continuar. Acho que nunca ganhei um presente tão precioso quanto você. Muito obrigada, meu parceiro de quatro patas.

Todos os amigos que fiz durante essa jornada foram muito importantes. Aprendi muito com cada um deles, compartilhei risadas, angústias, problemas, inseguranças, festas e muitos outros rolês. Foi muito especial dividir esses anos com vocês. Vou levar vocês e todos os nossos momentos no meu coração. Contudo, queria dedicar um agradecimento especial a minha família do coração e melhor rede de apoio que eu poderia pedir: vocês são absolutamente tudo para mim e com certeza não teria chegado até aqui sem seu amor e suporte.

Cris, nunca pensei que ia achar alguém tão parecida comigo...e que ia gostar tanto! A vida na UFU melhorou muito depois que você passou a fazer parte dela. Obrigada por cada conselho, puxão de orelha, meet, abraço, carinho e compreensão durante os surtos e muitos rolezinhos semanais, todos esses momentos foram fundamentais para deixar a caminhada menos árdua e ainda mais especial. Enfim, poderia escrever muitas páginas sobre como nossa amizade é única para mim, mas vou me ater a dizer: te amo muito, minha irmã de outra mãe e espero levar essa nossa parceria para muito além desses anos de graduação.

Tiago, Babi e Malu, eu nem sei por onde começar a agradecer todo o apoio, força e carinho que já recebi de vocês. Como vou sentir falta de cada cafezinho, fofoca e almoço em família que a gente já teve. Vocês são a melhor família longe de casa que eu poderia pedir e nada disso estaria acontecendo se não fosse nossa parceria e companheirismo constante para superar os problemas da vida universitária (e adulta né). Amo muito vocês e pode deixar que faço questão de manter todos na minha vida por muito tempo ainda, mesmo eu estando fisicamente longe.

Além de todas essas pessoas especiais, preciso agradecer o professor que embarcou na minha ideia e, inclusive, a fez melhor. Aureo, muito obrigada por me apresentar a esse tema que agora guardo com tanto carinho (seja nas aulas ou em nossas reuniões), por confiar na minha capacidade de produzir um bom trabalho e por sempre me guiar da melhor forma

possível. Você foi uma peça chave nessa reta final e sou muito grata a tudo que aprendi com sua orientação.

Queria agradecer também a minha família. Foram anos difíceis, passamos muito tempo longe - definitivamente mais do que o de costume - e sentimos muitas saudades, mas tudo valeu a pena. Obrigada por me encorajar a seguir meus sonhos e aprender a dar meus próprios passos, mas principalmente, obrigada por segurar minha mão nas vezes em que cai e por me encorajar a superar cada obstáculo que apareceu no caminho. Mãe, pai, irmãzinha, madrinha, padrinho, tia, tio, priminhas, amo tanto todos vocês e mal posso esperar para a gente estar pertinho de novo.

Por último, mas de forma alguma menos importante, queria agradecer aos que não estão mais aqui. Vó Wilma, Vô Edu, Vó Sílvia, Vô Ismael, Tia Zinha, vocês são tão importantes para mim, não tem um dia que não pense em vocês. Apesar da gente não estar mais junto há um bom tempo, todo o amor e carinho que recebi de vocês foi essencial para me tornar a pessoa que sou hoje. Sem vocês nunca teria chegado até aqui. Espero que estejam orgulhosos de mim. Amo muito vocês, para sempre.

## **RESUMO**

As guerras contemporâneas são marcadas por um Estado descentralizado, dependência de recursos locais, apoio financeiro externo e estímulos econômicos que promovem a violência política, o que define economias de guerra. No contexto afegão, a guerra civil dos anos 1990 deu origem ao Talibã, que controlou o país e lucrou com o comércio transfronteiriço e de drogas. A intervenção dos EUA em 2001 e a posterior retirada das tropas internacionais marcaram o conflito prolongado. Este cenário permitiu a fixação do Estado Islâmico Khorasan na região, aproveitando a fragilidade econômica e política do território. Logo, a instabilidade crônica no país alimenta uma economia de guerra, a qual possibilita o surgimento de grupos como o Estado Islâmico Khorasan que, por sua vez, contribui para a manutenção desse estado através da realização de atividades ilegais e doações externas (que perpetuam o ciclo ao apoiar tais grupos fundamentalistas), sustentando um ciclo de conflito e instabilidade.

**Palavras-chave:** Economia de guerra, Estado Islâmico Khorasan; Afeganistão; Financiamento externo; Atividades ilegais

## **ABSTRACT**

Contemporary wars are marked by a decentralized state, reliance on local resources, external financial support, and economic incentives that promote political violence, which defines war economies. In the Afghan context, the civil war of the 1990s gave rise to the Taliban, which controlled the country and profited from cross-border trade and drug trafficking. The US intervention in 2001 and subsequent withdrawal of international troops marked the prolonged conflict. This scenario facilitated the establishment of the Islamic State in Khorasan, taking advantage of the economic and political fragility of the territory. Consequently, chronic instability in the country fuels a war economy, enabling the emergence of groups like the Islamic State in Khorasan, which, in turn, contributes to sustaining this state through illegal activities and external donations (sustaining the cycle by supporting such fundamentalist groups), thus perpetuating a cycle of conflict and instability.

**Keywords:** War Economy, Islamic State in Khorasan, Afghanistan, External Financing, Illegal Activities

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

**Figura 1** – Bandeira do Estado Islâmico

**Figura 2** – Mapa das zonas de atividade do Estado Islâmico em 2014

**Figura 3** – Territórios conquistados e perdidos pelo Estado Islâmico: uma comparação entre 2015 e 2018

**Figura 4** – Mapa da região chamada de Khorasan

**Figura 5** – Mapa das áreas dominadas pelo Estado Islâmico em 2014

### GRÁFICOS

**Gráfico 1** – Áreas de cultivo de papoula e níveis de produção de ópio no Afeganistão (1994-2021)



## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 1** – Financiamento do Estado Islâmico para o ano de 2015

**Tabela 2** – Financiamento do Estado Islâmico Khorasan para os anos de 2015 e 2016

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AQI	Al-Qaeda no Iraque
IS	Estado Islâmico
IS-K	Estado Islâmico Khorasan
ISI	Estado Islâmico do Iraque
ISIS	Estado Islâmico do Iraque e da Síria
TTP	Tehrik-e Taliban Pakistan (Talibã Paquistanês)
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. A DISCUSSÃO DA IDEIA DE ECONOMIA DE GUERRA E A CARACTERIZAÇÃO DO AFGANISTÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1.1. O que é uma economia de guerra? Como ela impacta os aspectos políticos, econômicos e sociais de um país? .....</b>	<b>16</b>
<b>1.2. Breve contexto histórico do Afeganistão.....</b>	<b>20</b>
<b>1.3. O Afeganistão como uma economia de guerra.....</b>	<b>24</b>
<b>2. A ORIGEM E ASCENSÃO DO ESTADO ISLÂMICO E DO ESTADO ISLÂMICO KHORASAN.....</b>	<b>32</b>
<b>2.1. A origem do Estado Islâmico e sua ascensão.....</b>	<b>32</b>
<b>2.2. Estado Islâmico Khorasan: suas particularidades, fixação e desenvolvimento no Afeganistão .....</b>	<b>43</b>
<b>3. A ECONOMIA DE GUERRA COMO FERRAMENTA PARA COMPREENDER A ASCENSÃO E SUSTENTAÇÃO DO ESTADO ISLÂMICO KHORASAN .....</b>	<b>53</b>
<b>3.1. O estado de economia de guerra do Afeganistão como agente facilitador para a ascensão de do Estado Islâmico Khorasan e a participação dos agentes externos.....</b>	<b>53</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>62</b>

## INTRODUÇÃO

O Estado Islâmico (IS), grupo fundamentalista religioso de origem sunita, aproveitou-se de duas poderosas dinâmicas sociais para seu surgimento. A primeira delas foi a exclusão sistemática dos sunitas promovida pelo governo do Iraque, a qual foi uma das significativas consequências da invasão ocorrida em 2003 pelas mãos do exército estadunidense. Já a segunda foi a Guerra Civil na Síria, que teve início em 2011, e serviu como porta de entrada para os jihadistas se difundirem pelo território sírio e ampliarem seu alcance (Domingos, 2018).

Assim, em meio a esse cenário de conflitos e desestabilização das instituições políticas, tem-se o surgimento de duas figuras que desempenharam papéis proeminentes no processo de formulação e consolidação do Estado Islâmico: Abu Musab al-Zarqawi (1966-2006) e seu sucessor, Abu Bakr al-Baghdadi (1971-2019). Logo, múltiplos fatores contribuíram para a ascensão do Estado Islâmico, mas seu ponto de partida está intrinsecamente ligado a Zarqawi e à invasão do Iraque em 2003 (Domingos, 2018).

Diante disso, o Estado Islâmico Khorasan - uma ramificação relativamente autônoma do IS - surgiu em 2014, ainda no contexto de inserção do grupo fundamentalista na guerra civil síria, a partir da união de militantes dissidentes do Talibã paquistanês com guerrilheiros islâmicos já presentes no território afegão. Essa fusão resultou no estabelecimento do braço regional em ascensão do Estado Islâmico, o qual fica localizado no nordeste do Afeganistão (Giustozzi, 2018).

Tradicionalmente, a atuação do Estado Islâmico Khorasan tem se concentrado em Cabul e nas províncias orientais do Afeganistão, principalmente em Kunar e Nangarhar, onde o grupo mantém uma presença significativa, com destaque para as áreas rurais. Porém, em novembro de 2021, o Representante Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Afeganistão observou que o Estado Islâmico Khorasan parecia estar presente em quase todas as províncias do país, corroborando seu status ascendente (European Union Agency for Asylum, 2023).

Para manter sua influência e atividade, o Estado Islâmico Khorasan precisa de fontes de financiamento, as quais são impostos e “contribuições” locais, pagamentos do Estado Islâmico Central e fundos de doadores externos. Contudo, sua receita tributária tem também como fonte o tráfico de opioides de Nangarhar, Helmand e Zabul e atividades de mineração diversas (Giustozzi, 2018).

Outro fator fundamental que possibilitou a ascensão do Estado Islâmico Khorasan no Afeganistão é a fragilidade do país, o qual está imerso em constantes conflitos domésticos e

disputas por áreas de influência e configura-se como economia de guerra. Isto posto, as economias de guerra são sistemas em que os incentivos econômicos impulsionam os atores a instigar e participar da violência política ou que facilitam o conflito contínuo, fornecendo um meio de financiar o combate em curso. Logo, atividades econômicas ilícitas são comuns em países assolados por conflitos, pois são elas que facilitam a manutenção da violência, o que gera o suporte necessário para a ascensão de grupos fundamentalistas (por exemplo) e acaba perpetuando a economia de guerra local, criando um ciclo (Peterson, 2014, p.1).

Em face do apresentado, alguns autores exploram as questões econômicas relacionadas a conflitos, conhecidas como economia política do conflito, nas quais incentivos econômicos motivam atores a se envolverem em atos de violência política ou facilitam a manutenção contínua do conflito. Esses estudos também investigam quem se beneficia dessas situações. Diante do fato de que certas partes podem tirar proveito da guerra, há uma busca por compreender a economia política da paz e desenvolver instituições e processos que incentivem e promovam a paz (Peterson, 2014).

Analisando o que foi dito, conclui-se que este é o cenário que se apresenta no Afeganistão. O território afegão é permeado pela presença de grupos fundamentalistas, os quais são - majoritariamente - financiados através da realização de atividades ilegais, como é o caso do Estado Islâmico Khorasan e o tráfico de opioides. Logo, a perpetuação do conflito acontece pois é mais vantajosa para os países que se beneficiam do comércio ilegal de ópio, deixando a construção da paz no país em segundo plano para poder manter os próprios ganhos monetários, mesmo que esta ação gere como consequência a perpetuação do estado de fragilização do território assolado por conflitos desde 2001, característica chave para possibilitar a ascensão de grupos extremistas como o Estado Islâmico Khorasan.

Por conseguinte, este trabalho tem como objetivo principal discorrer sobre o surgimento e a ascensão do Estado Islâmico Khorasan (IS-K) - um braço regional do Estado Islâmico (IS) -, com destaque especial para a atuação do grupo no Afeganistão, um país fragilizado por conflitos e caracterizado como economia de guerra. Para conseguir tratar sobre ambos os tópicos de forma efetiva, é preciso também investigar a maneira como o estado de economia de guerra pode impactar os processos e estruturas de um país ao ponto de sustentar períodos de aumento da violência política em decorrência da realização de atividades econômicas ilegais e do envolvimento de outros atores além dos que são presentes fisicamente no território, mas que também se beneficiam do contexto.

Para além do já apresentado, é importante também pontuar a relevância deste trabalho para o meio acadêmico. Após os acontecimentos do 11 de setembro de 2001, a atuação de

grupos fundamentalistas religiosos e as consequências geradas tornaram-se o cerne de profundas mudanças nos processos das relações internacionais, na conduta estatal, na cultura e sociedade e na subjetividade do cidadão-sujeito (Jackson, 2016). Consequentemente, é de extrema importância a realização de pesquisas que coloquem em foco grupos extremistas, para gerar novos conhecimentos - e aprofundar os já existentes - sobre como - e quão intensamente - suas atividades impactam o cenário internacional e quais ações podem ser tomadas como forma de resposta. Em adição, a produção de informação sobre o Estado Islâmico Khorasan é escassa de forma geral, destacando aqui específica e principalmente a falta de textos com essa temática na língua portuguesa.

Outrossim, pesquisar sobre a economia política do conflito é de suma importância, pois o conflito armado tem um forte impacto na economia de uma região ou país. Dessa forma, pode-se compreender as dinâmicas econômicas associadas ao conflito, como o financiamento de grupos armados, o comércio ilegal de recursos naturais, as interrupções nas cadeias de suprimentos e o deslocamento populacional. Também é possível identificar as motivações econômicas por trás dos conflitos, explorar as relações entre os atores econômicos e políticos envolvidos e as consequências econômicas de longo prazo e, a fim de desenvolver estratégias de reconstrução pós-conflito.

À vista da brusca mudança na economia de um país fragilizado em decorrência de conflitos em seu território, também se mostra fundamental a pesquisa sobre economia de guerra. Isto é, um sistema econômico moldado pelas necessidades e demandas de um conflito armado, o qual envolve a mobilização de recursos, a priorização da produção militar, o controle estatal e a reorientação das prioridades econômicas para atender às exigências da guerra (Peterson, 2014). Assim, pesquisar sobre a economia política do conflito - e os conceitos abarcados por ela - é essencial na área das Relações Internacionais.

Nesse sentido, a metodologia adotada para a pesquisa será o método hipotético-dedutivo, o qual parte de uma hipótese inicial e através da realização de uma análise sistemática e rigorosa de dados e informações, busca confirmá-la ou refutá-la. Ou seja, o objetivo é desenvolver o argumento de que a ascensão do Estado Islâmico Khorasan se deu em vista do estado fragilizado de economia de guerra em que se encontra o Afeganistão, o que facilita o estabelecimento de atividades ilegais, as quais - por sua vez - financiam o grupo fundamentalista em questão.

Diante disso, será utilizado a revisão bibliográfica para embasar teórica e empiricamente a pesquisa, explorando conceitos-chave e autores de renome em economia política do conflito e economias de guerra. Mais especificamente, a revisão será empregada

para retomar autores especializados nas áreas discutidas pelo trabalho como, por exemplo, Jenny Peterson e Susan Woodward, permitindo a compreensão integral das abordagens teóricas necessárias para a resposta da hipótese.

Ademais, uma análise histórica teoricamente informada também será efetuada para coletar e analisar dados dos conflitos, cenários e acontecimentos relevantes no Afeganistão e no Estado Islâmico Khorasan. Esta análise tem como propósito estabelecer a relação dos fatos históricos necessários e importantes para realizar a pesquisa. Para tal, serão utilizadas as obras de autores como Antonio Giustozzi, Fawaz Gerges, Dimitrios Stergiou, entre outros.

Por último, para cumprir com os objetivos estabelecidos e conseguir desenvolver todo o argumento, o trabalho será dividido em quatro partes. A primeira parte será teórica e voltada para as discussões conceituais que englobam o tema. Logo, nessa etapa será apresentado a teoria sobre economia política do conflito e os conceitos-chave relacionados a ela, para assim poder caracterizar o Afeganistão como uma economia de guerra. A segunda parte contará com um contexto histórico robusto acerca da origem e ascensão do Estado Islâmico e seu braço regional, o Estado Islâmico Khorasan. Continuando a sequência, tem-se a parte analítica, a qual articula teoria e história para discorrer sobre como os conceitos de economia de guerra podem ajudar a compreender a ascensão e sustentação do Estado Islâmico Khorasan no Afeganistão. Para finalizar o trabalho, a última parte apresentará as conclusões finais acerca do tema.

## **1. A DISCUSSÃO DA IDEIA DE ECONOMIA DE GUERRA E A CARACTERIZAÇÃO DO AFGANISTÃO**

A economia de guerra é parte intrínseca de qualquer país assolado por conflitos. Sendo assim, é necessário discutir e definir tal conceito, reforçando o impacto que ela provoca nos territórios, os fragilizando em múltiplos níveis. Com esta explicação realizada, será exposto um breve contexto histórico do Afeganistão, para explicitar o cenário conturbado que se apresenta. Por fim, tem-se a junção dessas duas partes em uma seção que visa caracterizar o Afeganistão como uma economia de guerra, tendo em vista a fragilização do território decorrente da sua história conflituosa.

### **1.1. O que é uma economia de guerra? Como ela impacta os aspectos políticos, econômicos e sociais de um país?**

Segundo Mary Kaldor (2012), durante as “velhas guerras” - especialmente durante as guerras totais do século XX - o conceito de economia de guerra era associado a um sistema centralizado, totalitário e autossuficiente. Nesse modelo, a administração era centralizada para otimizar a eficácia da guerra e aumentar as receitas para sustentá-la. A mobilização máxima de recursos humanos era buscada, tanto para o serviço militar quanto para a produção de armamentos e bens essenciais.

Agora no século XXI, o novo tipo de economia de guerra evoluiu consideravelmente. Assim, nas guerras contemporâneas - também conhecidas como “novas guerras” -, observa-se uma abordagem quase oposta. Esses conflitos são caracterizados por uma natureza globalizada, marcada pela fragmentação e descentralização do Estado. A participação da população é reduzida, seja pela ausência de incentivos financeiros ou pela falta de legitimidade percebida pelas partes envolvidas no conflito. Além disso, a produção interna de recursos é mínima, tornando o esforço de guerra altamente dependente da exploração local de recursos e do suporte externo (Kaldor, 2012).

Contudo, existem algumas ressalvas em relação às contribuições de Kaldor. As características apresentadas em relação às economias de guerra são verificadas na realidade, existe de fato uma desarticulação estatal e dependência de financiamento externo. Porém, a distinção entre “velhas” e “novas” guerras é equivocada. Segundo Kalyvas (2001, p.100), a distinção entre guerras civis antigas e novas geralmente enfatiza ou sugere que as “novas” são



predominantemente criminosas, despolitizadas, privadas e predatórias, enquanto as “velhas” são vistas como ideológicas, políticas, coletivas e até mesmo nobres. Dessa forma, o autor desafia essa distinção argumentando que a tendência de identificar divergências fundamentais entre os tipos diferentes de guerras é baseada em uma adoção acrítica de categorias e rótulos que carecem de uma análise aprofundada:

Por um lado, as informações sobre guerras recentes ou em curso são normalmente incompletas e tendenciosas; por outro lado, a investigação histórica sobre guerras anteriores tende a ser desconsiderada. Assim, a distinção estabelecida entre os conflitos pós-Guerra Fria e os seus antecessores pode ser atribuída mais ao desaparecimento de categorias conceituais facilmente disponíveis do que à existência de diferenças profundas (Kalyvas, 2001, p.99).

Nesse sentido, apesar do que foi exposto por Kaldor apresentar contribuições pertinentes - como, por exemplo, a explicação que aborda as características de uma economia de guerra -, para os fins deste trabalho, a definição adotada será a de Jenny Peterson. Assim, esta autora diz que as economias de guerra são sistemas em que os estímulos econômicos impulsionam os agentes a promover e engajar-se na violência política, ou facilitam o conflito em andamento, fornecendo meios para financiar a luta armada (Peterson, 2014).

Diante disso, uma ressalta a descentralização e a necessidade por suporte externo e exploração local, enquanto a outra evidencia o aumento da violência em decorrência de fatores econômicos. Essas características se retroalimentam, pois atualmente as guerras são financiadas por múltiplos agentes externos os quais se beneficiam economicamente com o conflito enquanto o território - e sua população - em questão é cada vez mais explorado na busca de fontes de renda alternativas (entre as mais comuns tem-se a extração de minerais, plantio de papoula para o tráfico de opioides, taxaço da população local, entre outros). O conjunto resulta em um ciclo vicioso de guerra que é perpetuado em decorrência dos seus incentivos econômicos, os quais são maximizados com a descentralização do conflito e envolvimento de agentes externos.

Dessa forma, faz-se fundamental trazer a definição de economia de guerra que será de fato utilizada para os fins deste trabalho. Logo, esse conceito refere-se

a ocasiões em que os incentivos econômicos motivam os atores a instigar, participar ou prolongar a violência ou em que os lucros do comércio de recursos atuam principalmente como uma fonte de financiamento para lutas políticas em andamento (embora essas duas funções possam existir simultaneamente ou se tornarem mais ou menos dominante ao longo de um conflito) (Peterson, 2014, p.4).

Isto posto, o comércio de mercadorias ou trocas econômicas podem não ser a única motivação do conflito, mas são fatores que se tornam parte intrínseca da dinâmica do conflito - uma vez que a economia é uma esfera fundamental da constituição de qualquer país e/ou região -, impactando diretamente na natureza e/ou trajetória da violência política. As economias de

guerra não se limitam apenas ao estado de uma economia durante períodos de conflito, mas são definidas pelas relações e transações econômicas que geram, sustentam ou prolongam períodos de violência política para obter ganhos financeiros (Peterson, 2014, p.4).

Entretanto, é cada vez mais reconhecido nas áreas afetadas e fragilizadas pela guerra que a atenção deve ser direcionada para a construção de uma economia de paz, abordando as atividades econômicas ilícitas que frequentemente apoiam e alimentam a violência. As reformas econômicas convencionais não abordam adequadamente essas atividades, tornando imprescindível a implementação de políticas personalizadas - as quais de forma geral são baseadas na cooperação e ajuda humanitária - para transformá-las em relacionamentos que não representem mais uma ameaça à paz e à segurança (Peterson, 2014).

Por isto, é necessária uma compreensão político-econômica mais aprofundada do que são essas políticas - e as ajudas que as acompanham -, e quem são seus provedores, como também os do próprio processo de construção da paz. Dessa maneira, não é possível uma operação de construção da paz ser iniciada sem o compromisso de quem irá prover os recursos financeiros e materiais necessários para o processo. Logo, quanto maior forem os recursos, mais provável a efetividade dos esforços para a paz (Woodward, 2013).

Nesse sentido, pode-se afirmar que atrás de cada projeto ostensivamente tecnocrático reside uma escolha política, mesmo que a política organizacional e orçamentária esteja oculta. Isto é, sempre existe uma motivação política em cada tomada de decisão por parte das instituições e países financiadores. A construção da paz em países que sofrem com conflitos não é feita apenas por altruísmo. Além disso, os interesses estratégicos e de política externa dos países doadores sempre se encontram em primeiro lugar, superando a eficácia da ajuda humanitária e os princípios de construção da paz (Woodward, 2013).

Ou seja, “é cada vez mais reconhecido que as motivações econômicas criam sérias barreiras à resolução da guerra e à consolidação da paz [...]” (Peterson, 2014, p.14). Como consequência dessa profunda influência, as redes econômicas apresentam o potencial de intensificar conflitos complexos mesmo quando um Estado carece de recursos naturais valiosos ou mercadorias ilícitas, apenas através da manipulação dos sistemas fiscais e da evasão regulatória. Em outras palavras, a pesquisa sobre conflitos civis contemporâneos destaca a relevância dos fatores econômicos na exacerbação e prolongamento dos conflitos. Embora seu papel no início do conflito seja geralmente indireto, esses fatores podem influenciar significativamente a natureza, a duração e a evolução do conflito, afetando as esferas econômicas, políticas e sociais dos países envolvidos (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004b).

Na era pós-Guerra Fria, a redução do apoio das superpotências deu forma à natureza autofinanciada dos conflitos civis contemporâneos, marcando a descentralização do conflito e a consequente dependência da exploração local de recursos e do suporte externo (Kaldor, 2012; Cooper; Pugh; Goodhand, 2004b). Em face do exposto, diversos atores recorreram à exploração predatória de recursos naturais lucrativos, como diamantes, madeira, petróleo e narcóticos, ou à aquisição de redes de comércio ilícito e economias informais para sustentar objetivos militares. Com isso, se estabeleceu uma gama de conexões regionais, que incluem movimentos populacionais, rotas de contrabando, grupos de identidade transnacionais, redes criminosas e vínculos políticos, os quais caracterizam sistematicamente um conflito (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004b).

As receitas ilícitas minam a capacidade formal do Estado e transferem recursos para organizações rebeldes que desafiam sua autoridade, reforçando mais uma vez a descentralização existente em um conflito. Quando o Estado não consegue garantir meios de subsistência e necessidades básicas, redes informais paralelas, muitas vezes baseadas em estruturas familiares e de clãs, podem preencher essa lacuna, coordenando a distribuição de bens e serviços essenciais. No Afeganistão, por exemplo, diante da diminuição da capacidade do Estado central de cumprir suas funções primordiais, os cidadãos passaram a depender de familiares e grupos informais e tradicionais para obter suporte (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004b).

Estes grupos podem estabelecer sistemas regionais que se conectam ao comércio relacionado ao conflito, uma vez que precisam participar ativamente da economia local para adquirir a renda necessária para poder fornecer apoio econômico a seus dependentes (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004b). Aqui, pode-se usar como exemplo os grupos fundamentalistas atuantes no Afeganistão, os quais se inserem na economia de guerra local e geram capital significativo o suficiente para se manterem em atividade e pagar salários aos seus voluntários.

Tendo em vista sua relevância econômica - principalmente às populações locais -, os grupos regionais descentralizados demonstraram também influência política significativa. Eles podem oferecer segurança aos indivíduos, seja através de abrigo ou patrocínio, e também se envolver na transferência física de bens. Além disso, esses grupos podem contribuir para a complexidade dos conflitos regionais, fortalecendo atividades econômicas paralelas em estados vizinhos e em regiões fronteiriças, especialmente quando essas áreas remotas são economicamente desfavorecidas e carentes de supervisão formal (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004b). Facilita-se assim, o crescimento de economias ilegais em regiões de conflito.

Conseqüentemente, as economias de guerra estão integradas em uma rede complexa que engloba aspectos sociais, econômicos, políticos e militares regionais, exercendo um profundo impacto no comportamento dos envolvidos no conflito (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004b). Isto é, a partir da descentralização e instauração da economia de guerra, fontes alternativas são utilizadas para arcar com os custos do conflito, as quais resultam em mudanças acentuadas nas estruturas pré-conflito existentes no território.

## 1.2. Breve contexto histórico do Afeganistão

O Afeganistão emergiu no século XVIII como resultado da fragmentação dos impérios Persa e Mongol. A dominação política das tribos *pashtun* sobre outras etnias bloqueou o desenvolvimento de um Estado moderno, que gradualmente tomou forma a partir de 1880. As tribos eram organizadas de maneira que a falta de instituições políticas permitia o surgimento de um poder central apenas em momentos de crise, devido às disputas internas nos níveis clã e tribo. Assim, no contexto afegão, a tribo representava a principal unidade capaz de se unir diante de ameaças externas, sendo refletida em um sistema de responsabilidade coletiva (Ruchel; Vieira, 2021).

No século XIX, os impérios Russo e Britânico estavam promovendo esforços para expandirem suas fronteiras coloniais ao máximo possível, numa competição pelo poder e influência na Ásia Central. Durante esta disputa, conhecida como o Grande Jogo e caracterizada pela luta por poder ao longo da fronteira norte da Índia britânica e em toda a região entre a Rússia e a Índia, o Afeganistão tornou-se um Estado-nação moderno. A competição persistiu até o século XX (Ruchel; Vieira, 2021; Goodson, 2001).

Durante esse período, o Afeganistão enfrentou uma série de revoltas tribais contra o Estado, alcançando sua independência política dos britânicos apenas em 1919, o que lhe permitiu buscar relações com outras nações. Nesse sentido, é importante pontuar que este processo de independência teve início em 1749, quando Ahmed Shah levou sua tribo Durrani ao poder e atingiu seu ápice em 1919, quando Amir Amanullah conquistou a independência do Afeganistão do controle britânico como parte da resolução da Terceira Guerra Anglo-Afegã<sup>1</sup> (maio-junho 1919) (Ruchel; Vieira, 2021; Goodson, 2001).

---

<sup>1</sup> A Primeira Guerra Anglo-Afegã (1838-1842) foi provocada pela preocupação britânica com o envolvimento russo no cerco de Herat pela Pérsia em 1837-1838. Após a retirada dos persas em setembro de 1838, o Governador-Geral Lord Auckland implementou o Manifesto Simla, que propunha a invasão do Afeganistão e a restauração do governante anterior. A guerra é famosa pelo esmagamento do Exército Britânico em sua mal-sucedida retirada de Cabul em janeiro de 1842. A Segunda Guerra Anglo-Afegã (1878-1880) foi desencadeada pela assinatura de um

Durante a Guerra Fria, o Afeganistão se tornou um cenário de confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética, que competiam por influência na região. Na década de 1950, o país iniciou projetos de modernização sob lideranças como o Rei Zahir Shah e o então Primeiro-Ministro Mohammad Daoud Khan. Contudo, as tensões geopolíticas cresceram à medida que as superpotências buscavam posicionar-se estrategicamente na área. Foram utilizados como instrumentos de guerra por procuração investimentos em infraestrutura e intervenções militares (Runion, 2007).

A segunda metade do século XX no Afeganistão foi marcada por eventos políticos e processos que moldaram sua estrutura como estado. Assim, três eventos cruciais marcaram os desenvolvimentos futuros do país. O primeiro foi um golpe de estado liderado por oficiais do exército e da força aérea em abril de 1978 que derrubou o regime nacionalista de Mohammad Daoud, instalando no poder o emergente partido comunista. Este ficou conhecido como a Revolução de Saur, a qual não foi bem recebida pela parte mais tradicional e conservadora da sociedade afegã, uma vez que as iniciativas reformistas e modernizadoras implementadas pelo regime causaram descontentamento e rebelião (Goodson, 2001; Runion, 2007).

Dessa forma, o segundo evento foi a rebelião que irrompeu no verão de 1978 em resposta ao golpe e ao programa de reformas radicais do novo governo. Por último, o terceiro foi uma tentativa de apoiar o regime socialista afegão por parte da União Soviética, a qual terminou por intervir em dezembro de 1979, como resposta à deterioração da posição do governo de Cabul à medida que a rebelião se intensificava e se espalhava, e permaneceu no território até 1989 (Goodson, 2001; Runion, 2007).

Nos anos 1980, o Afeganistão foi marcado pela intervenção soviética, que transcorreu entre 1979 e 1989. Ao longo de quase 10 anos, o conflito foi produto do apoio dos soviéticos ao Partido Democrático Popular do Afeganistão (PDPA), que era contra as forças rebeldes dos *Mujahideen*. Estes eram um grupo de insurgentes afegãos que se empenharam em derrubar o regime comunista do Afeganistão, recebendo assistência de países como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a China. Além disso, os *Mujahideen* também foram apoiados por outras nações muçulmanas, incluindo Paquistão, Arábia Saudita, Irã, Egito e Jordânia (Ruchel; Vieira, 2021; Runion, 2007).

---

acordo britânico-russo sem o conhecimento de Sher Ali em 1877, comprometendo-se a respeitar as fronteiras do Afeganistão. Os britânicos não apoiaram o Afeganistão e, após o Congresso de Berlim em 1878, os russos enviaram um representante a Cabul, oferecendo apoio militar em troca da aceitação da visita. Sher Ali cedeu, mas os britânicos exigiram a presença de um diplomata britânico, desencadeando conflito quando tentaram entrar em Cabul, sendo bloqueados pelas tropas afegãs (Goodson, 2001; Runion, 2007).

Somando-se a isso, os *Mujahideen* também receberam apoio dos países citados como parte de um esforço para barrar a agressão da Guerra Fria no Golfo Pérsico. Até meados da década de 1980, o movimento de resistência afegão havia recebido uma considerável quantidade de ajuda desses países, além de seus combatentes terem sido treinados pelos Estados Unidos e Paquistão como parte da luta contra a agressão proveniente da Guerra Fria. O conflito resultou no colapso da União Soviética e na retirada de suas tropas do Afeganistão, deixando o palco do conflito destruído (Runion, 2007).

Durante a década de 1990, o Afeganistão estava sob o domínio de um regime comunista apoiado pela União Soviética. Contudo, esse governo enfrentava uma crescente impopularidade, que resultou em uma guerra civil entre várias facções, incluindo os *Mujahideen*. A guerra civil se estendeu de 1992 a 1996 e foi caracterizada por uma violência extrema, violações dos direitos humanos e a destruição da infraestrutura nacional (Runion, 2007).

Diante disso, a guerra civil afegã alterou profundamente a economia e política do país. Mais especificamente, três grandes mudanças foram percebidas. A primeira foi a destruição das elites anteriores à guerra e o sistema social que as apoiava, levando ao desenvolvimento de novas elites políticas (*mujahideen* e talibãs) que se baseiam num novo papel proeminente para jovens e ideólogos islâmicos. A segunda alteração foi a transformação do papel da violência na sociedade local, inclusive em situações de conflito. Já a terceira foi a aniquilação da economia tradicional do país, a qual foi substituída pela economia da heroína e do ópio baseada no tráfico de drogas (Goodson, 2001).

Em adição, um outro reflexo político social da guerra civil foi o fracasso da tribo Durrani em consolidar e reafirmar seu domínio tradicional do território, o que abriu as portas para outros grupos. Assim, na ausência dos Durrani, novos grupos entraram em cena, como os líderes da resistência não-Durrani, os quais representavam o movimento islâmico que injetou o fundamentalismo na sociedade afegã. A disputa constante entre os lados pelo poder e influência culminou na ascensão do Talibã em 1994 - a mais nova elite do Afeganistão, como dito anteriormente (Goodson, 2001).

Sendo assim, o Talibã surgiu como um grupo composto por estudantes religiosos e militantes que se opunham às facções dos *Mujahideen*, que inicialmente contaram com o apoio do Paquistão. Em 1996, o grupo assumiu o controle da maior parte do país, estabelecendo um governo que se manteve até 2001. Utilizando estratégias e logísticas herdadas dos próprios *Mujahideen*, o Talibã administrou um Afeganistão arrasado durante esse período (Goodson, 2001; Runion, 2007).

Todavia, após os ataques às torres gemêas e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos decidiu intervir militarmente no Afeganistão, principalmente em decorrência das ligações existentes entre o Talibã e a Al-Qaeda. Ao longo dos anos de 2001 a 2021, os Estados Unidos executaram táticas de contra-insurgência com o objetivo de salvaguardar civis e reabilitar insurgentes. Apesar desses esforços, o Talibã permaneceu, tornando-se a resistência ao sistema estadunidense vigente. Nesse sentido, a partir de 2006, já se observavam esforços para o ressurgimento do Talibã, evidenciados pelo aumento das insurgências. Entre 2006 e 2009, os confrontos entre as forças internacionais e os Talibã tornaram-se mais frequentes. Havia uma preocupação significativa de que a instabilidade, principalmente concentrada no sul do Afeganistão, pudesse se alastrar para o restante do país (Ruchel; Vieira, 2021).

O processo de transferência das responsabilidades de segurança para as autoridades afegãs e a retirada da Força Internacional de Apoio à Segurança (ISAF) - a qual foi uma missão de segurança liderada pela OTAN no Afeganistão - começou em 2011. No entanto, à medida que o Talibã expandiu sua presença para o norte do país, foi necessária uma mudança nos planos, levando os Estados Unidos a anunciar a manutenção de alguns soldados até o final de 2015 (Ruchel; Vieira, 2021).

Em fevereiro de 2020, após décadas de conflito, um acordo foi negociado entre os Estados Unidos (então sob a administração de Trump) e o Talibã. No entanto, o acordo revelou-se carente de visão estratégica, negligenciando a complexidade do envolvimento militar dos EUA no Afeganistão e a dependência do governo afegão e suas forças armadas da presença estadunidense. A administração Trump também mostrou pouco interesse na participação e segurança dos aliados dos Estados Unidos, incluindo a OTAN, no país, tornando suas tropas vulneráveis a mudanças repentinas na segurança e excluindo suas vozes de uma possível reorganização do envolvimento ocidental. No fim, as discussões mostraram-se fantasiosas, sem resultar em um acordo efetivo (Brivati, 2022).

Dessa forma, a falta de uma orientação política e militar sólida persistiu, destacada novamente pela decisão da administração Biden de estabelecer uma data definitiva para a retirada das tropas, o que gerou uma sensação de desorientação para as forças militares ocidentais atuantes no Afeganistão. Além disso, o fato do Talibã continuar suas operações contra as forças de segurança afegãs, permanecendo ativo no território e participando do diálogo intra-afegão, também contribuiu para o colapso do regime democraticamente eleito de Ashraf Ghani e das Forças Nacionais de Defesa e Segurança do Afeganistão, culminando na tomada de controle do país pelo Talibã em 2021 (Brivati, 2022).

Assim, a ofensiva do Talibã em agosto de 2021 revelou um planejamento meticuloso e uma preparação cuidadosa por parte do grupo fundamentalista. Durante o confronto, o governo afegão e as forças da coalizão da OTAN contaram fortemente com as Forças Especiais e o apoio aéreo. A ascensão do Talibã ao controle do Afeganistão não implicou em qualquer abrandamento de suas características extremistas, sugerindo que sua organização geopolítica não teria sido possível sem o apoio dissimulado de outros Estados, como por exemplo o Paquistão (Brivati, 2022).

### **1.3. O Afeganistão como uma economia de guerra**

No cenário pós 11 de setembro de 2001 é possível perceber a consolidação de um modelo de guerra que surgiu em meados da Guerra Fria, as “guerras em rede” - ou “*network wars*”, como chama Mark Duffield. Essas são um produto da globalização e representam o estabelecimento e solidificação dos sistemas e relações que vêm amadurecendo há várias décadas. É nesse contexto que “novas formas de autonomia, resistência e violência organizada empreendem sistemas igualmente singulares de regulação internacional, intervenção humanitária e reconstrução social” (Duffield, 2002, p.153). Diante disso, verifica-se a presença desse modelo em diversos conflitos ao redor do globo.

Nas zonas de conflito da América Latina, África, Oriente Médio e Ásia Central, surgiram formas assimétricas de autonomia e de violência organizada que, através das redes obscuras do comércio transfronteiriço e dos fluxos culturais e políticos de migrantes e de povos desenraizados, exploram plenamente a oportunidades da economia global/informacional. Em oposição, temos um regime de segurança internacional em expansão que opera através de várias formas de redes público-privadas (Duffield, 2022, p.153).

Nesse sentido, como foi possível ver na seção anterior, o Afeganistão tem sua história permeada por guerras internacionais e domésticas. O país se mostra assolado por conflitos desde o momento pré-Guerra Fria e se mantém neste contexto após a invasão soviética, os atentados do 11 de setembro e outros momentos marcantes da história afegã. Logo, a dinâmica de economia de guerra que se instaurou no país, ainda que contemporânea, é produto de um processo histórico de longo prazo, o qual teve início antes mesmo da guerra anti-soviética (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a; Rubin, 2020).

Em outras palavras, a economia política do Afeganistão tem sido moldada pelos processos de guerra, construção e colapso do Estado, os quais - por sua vez - são causa e produto da economia de guerra contemporânea do país. Desde a década de 1980, as condições de guerra têm proporcionado um ambiente propício para atividades ilícitas florescerem, contribuindo para



uma economia de guerra autossustentável. A persistência da fragmentação do Estado, da interferência externa e do extremo subdesenvolvimento tem gerado incentivos significativos para resistir aos esforços de construção da paz, que visam centralizar a autoridade política (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a).

Contudo, é importante pontuar que o Afeganistão não é o único território com conflitos na região, fazendo parte de um complexo de conflitos regionais, que engloba outros conflitos latentes e ativos na região. Logo, o complexo de conflito regional da Ásia Central é definido como o Afeganistão, Paquistão, Irã, Tajiquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguistão e Cazaquistão. Somando-se a estes países, a China, a Índia, a Caxemira, o Cáucaso e o Oriente Médio - especialmente a Arábia Saudita -, também são partes significativas dos conflitos no sentido mais amplo, tendo em vista que suas redes políticas, religiosas e socioeconômicas os mantém interligados a múltiplos atores participantes do conflito dentro do Afeganistão (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a, p.47).

Diante disso, foi durante a guerra civil do Afeganistão (1992-1996) que houve a ascensão de uma economia de guerra regional - em virtude das ligações transnacionais do país -, a qual abarca o contrabando de bens de consumo, o comércio de drogas e o comércio de pedras preciosas. Essas atividades econômicas forneceram recursos às partes em conflito e fortaleceram seus laços com os grupos sociais que se beneficiaram delas. Assim como em outras regiões, a economia de guerra solidificou o interesse na manutenção das conexões sociais que sustentam o conflito. Além disso, o controle exercido pelo Talibã em 1998 sobre praticamente todas as estradas, cidades, aeroportos e postos alfandegários do país reduziu significativamente os custos e os riscos de transporte, ao mesmo tempo em que consolidou a posição do Afeganistão como peça central da economia de guerra regional em que está inserida (Rubin, 2020, p.117).

Todavia, indícios da economia de guerra como descentralização do Estado, dependência de financiamento externo e fortalecimento de atividades ilegais já estavam presentes no território muito antes da guerra civil. Por exemplo, nos anos 1960, o Afeganistão dependia de ajuda externa para metade de seu orçamento, o que era fornecido majoritariamente pela União Soviética (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a). Na década de 1970 os comerciantes de transporte rodoviário afegão-paquistaneses emergiram como uma força econômica crescente. Uma economia de contrabando se desenvolveu impulsionada pelo Acordo Comercial de Trânsito Afegão, um acordo estabelecido com o Paquistão para que o Afeganistão pudesse importar certos produtos com isenção de tarifas. Esses produtos eram então contrabandeados através da fronteira e comercializados nos mercados do Paquistão, assim como acontecia com a madeira.

Durante o mesmo período houve um aumento significativo no cultivo de papoula, chegando a ser cultivada em mais da metade das 28 províncias do país ao final da década (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a).

Entretanto, com a invasão soviética em 1979, o Afeganistão sofreu com uma nova onda de mudanças e conseqüente fragilização. A investida não mediu esforços para aterrorizar a população e destruir infraestruturas, resultando em uma queda de quase dois terços na produção de alimentos e em um deslocamento populacional em massa de refugiados da guerra - os quais se dirigiram ao Paquistão e ao Irã. Com isso, o país passou a ser dependente de assistência financeira e militar da União Soviética, como também das vendas de gás (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a).

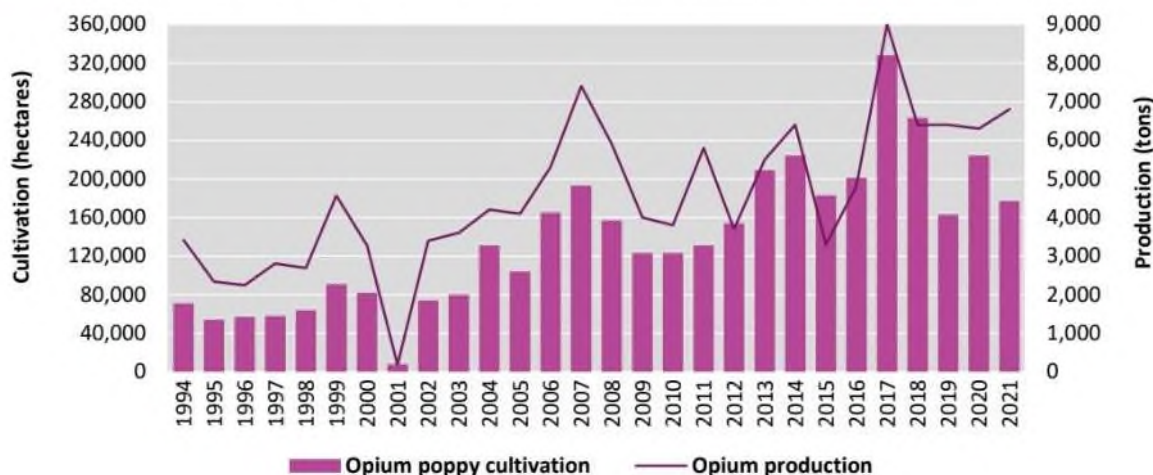
Em adição, o Afeganistão recebeu ajuda humanitária através da rede CIA/ISI (os serviços de inteligência dos Estados Unidos e Paquistão) e recebeu apoio militar e financeiro para combater a invasão. Além disso, os partidos políticos no Paquistão e no Irã serviram como canais logísticos entre os comandantes externos da resistência afegã e as frentes internas. A Arábia Saudita e a China também contribuíram fornecendo armas para a resistência, uma ajuda estimada entre 6 e 8 bilhões de dólares. Logo, nessa época o fornecimento de armas e munições tornou-se uma moeda política, através da qual os atores externos compravam influência - configurando mais um traço de economia de guerra e aprofundando a descentralização já existente no território (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a).

Dessa forma, a rede de armas instituída e seu sistema de corretagem estabeleceram as bases para o conflito regionalizado e as economias paralelas da década de 1990. Isto pois os lucros acumulados por comandantes e comerciantes foram reinvestidos nas economias do narcotráfico e contrabando transfronteiriço. Porém, em meados dos anos 1980 já existia uma rota de armas entrando e outra rota de drogas saindo do Afeganistão (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a).

Nesse sentido, concomitante ao comércio de armas, já florescia um vasto comércio de narcóticos - especialmente opioides - que atingiu o âmago do Paquistão. Esse empreendimento envolveu a colaboração entre *Mujahideen*, traficantes de drogas paquistaneses e elementos do exército paquistanês, uma vez que tudo aconteceu sob supervisão da coalizão CIA/ISI. Logo, entre 1992 e 1995, o Afeganistão emergiu como um dos maiores produtores mundiais de ópio, com uma produção anual de 2.200-2.400 toneladas métricas. Isso transformou o país em um importante corredor para uma economia ilegal em crescimento (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a). Assim, têm-se o gráfico abaixo, que ilustra o cultivo de papoula e a produção de ópio entre os anos 1994 e 2021:

### Gráfico 1 – Áreas de cultivo de papoula e níveis de produção de ópio no Afeganistão (1994-2021)

FIG. 69 Area under opium poppy cultivation and level of opium production in Afghanistan, 1994–2021



Sources: UNODC, "Drug situation in Afghanistan 2021: latest findings and emerging threats" (November 2021); and UNODC and Afghanistan, "Afghanistan opium survey 2020: cultivation and production – executive summary" (April 2021).

Fonte: UNODC, 2022, p. 97

Ainda no começo da década de 1990 a Guerra Fria chega ao seu fim e como resultado, tem-se o fim do domínio soviético no Afeganistão, assim como a diminuição da assistência vinda das superpotências. Com o corte brusco no financiamento externo, os “senhores da guerra”<sup>2</sup> foram obrigados a buscar fontes de receita internas. No âmbito político, o enfraquecimento do poder central do Afeganistão foi acompanhado pelo surgimento e ascensão de grupos político-militares regionalizados (como por exemplo o Talibã), que foram apoiados por potências vizinhas (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a).

Deste modo, os “senhores da guerra” tinham escassos e não suficientes incentivos para participar da reconstrução do Estado. Além disso, a influência da diplomacia interestatal provou-se cada vez mais limitada sobre as motivações e ações dos atores independentes que estavam ganhando influência e controle sobre o governo do Afeganistão. Então, o resultado do aumento das atividades ilegais foi o também aumento da violência, a qual tornou-se um

<sup>2</sup> Segundo Cooper, Pugh e Goodhand (2004a), os “senhores da guerra” são os grandes empresários do conflito, os quais utilizam de seu comando sobre os meios de violência e desenvolvimento de ligações com os mercados globais para transformar a guerra em um meio gerador de receita. Logo, estes atores contribuem com a permanência do conflito, uma vez que rentabilizam a guerra.

instrumento para controlar os mercados e estabelecer um monopólio sobre a exploração (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a).

Isto posto, esse movimento dos atores não-estatais rapidamente se estabeleceu como a força política e militar dominante, controlando cerca de 90% do país a partir de 1996. Já em 1998, o Talibã (principal grupo de atores independentes) assumiu o controle da maioria dos principais aeroportos e postos fronteiriços, permitindo-lhes atingir o objetivo do monopólio sobre a exploração (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a).

Com a ascensão do Talibã, o grupo acumulou patrocinadores e inimigos. As poderosas elites do Paquistão viram o grupo como um meio de fortalecer sua capacidade de resistência e manobra de recursos em relação ao seu confronto com a Índia. Seu apoio incluiu o financiamento de operações, apoio diplomático, treinamento de combatentes, recrutamento de mão de obra, planejamento de ofensivas, fornecimento de armas, munições e combustível e, em diversas ocasiões, apoio direto ao combate. A Arábia Saudita também contribuiu financeiramente e subsidiou o fornecimento de combustível ao Talibã. Embora o apoio oficial saudita tenha cessado sob pressão dos EUA, contribuições privadas persistiram. Entretanto, a Rússia apoiou a Frente Unificada (grupo anti-Talibã), visando conter o fundamentalismo nas repúblicas da Ásia Central, fornecendo assistência direta em termos de pessoal e material. O Irã também apoiou a Frente Unificada, oferecendo armas, munição e treinamento (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a).

Ao final da década de 1990, percebia-se uma crescente interconexão entre as redes dos grupos islâmicos, do tráfico de drogas e do comércio transfronteiriço, juntamente com o Talibã. Diante disso, a economia de guerra no Afeganistão consiste no comércio de trânsito, de drogas e de pedras preciosas, além de indústrias de serviços impulsionadas pelo crescimento desses setores, juntamente com a emissão de moeda. As receitas obtidas com as exportações financiaram tanto a compra de armamentos quanto a importação de alimentos e outras necessidades do país. Enquanto o Talibã dominava o comércio de trânsito, o controle sobre o comércio de pedras preciosas estava nas mãos de Massoud e seus sucessores (líderes da Frente Unificada (Rubin, 2020).

As sanções unilaterais impostas pelo Conselho de Segurança da ONU em 1999 e 2000 tinham como objetivo isolar e enfraquecer o Talibã. No entanto, essas medidas acabaram fortalecendo os elementos radicais dentro do movimento e levou o grupo fundamentalista a se aproximar mais de grupos islâmicos extremistas. Isto porque, com todas as sanções impostas, a liderança do Talibã concluiu que não era possível reverter o cenário para que o grupo fosse mais aceito perante a comunidade internacional, então decidiu se associar à Osama Bin Laden

(líder da Al-Qaeda) e seus aliados. À medida que os esforços políticos falharam, a ajuda humanitária passou a ser condicionada a mudanças de comportamento dentro do Talibã, visando promover princípios humanitários e de direitos humanos por meio de iniciativas lideradas pela ONU para construir a paz. No entanto, essa abordagem subestimou a importância da ajuda humanitária em comparação com outros recursos que impulsionam a economia de guerra, como o significativo comércio transfronteiriço entre o Afeganistão e o Paquistão, que gerou 2,5 bilhões de dólares apenas em 1997 (em comparação com o orçamento da assistência humanitária que era de aproximadamente 300 milhões de dólares por ano). Portanto, ameaçar cortar o financiamento humanitário teve um efeito limitado, não impactando significativamente na economia de guerra consolidada no território (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a; Rubin, 2020).

Deste modo é importante pontuar que embora o foco internacional geralmente esteja no comércio de drogas, o contrabando transfronteiriço tem sido a principal fonte de receita para as economias clandestinas e de guerra do Afeganistão. Em seu auge, entre 1996 e 1997, o comércio transfronteiriço entre o Paquistão e o Afeganistão gerou cerca de 2,5 bilhões de dólares (como já apresentado), dos quais o Talibã obteve aproximadamente 75 milhões de dólares em tributos. Já o comércio de ópio, controlado em 96% por pelas forças talibãs, gerava cerca de 30 milhões de dólares anualmente, contribuindo consideravelmente menos no capital do grupo (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a).

À vista do apresentado, a construção da paz no território e superação da economia de guerra causaria o enfraquecimento dos sistemas em vigência, resultando numa queda brusca na quantia arrecadada pelos “senhores da guerra” e seus subordinados. Somando-se a isso, a mudança no regime também afetaria outras classes dependentes da economia ilegal. Além disso, caso acontecesse, uma alteração dessas resultaria em um vácuo de poder, no qual uma nova administração não teria capacidade para impor uma proibição efetiva das atividades ilícitas.

Nesse sentido, apesar dos esforços visíveis da autoridade de transição afegã em destruir plantações, faltavam-lhe recursos adequados pois detinham influência limitada sobre os senhores da guerra regionais para implementar um programa de erradicação das drogas. Um exemplo disso ocorreu na província oriental de Jalalabad, onde o governo ofereceu 350 dólares por hectare aos agricultores para destruir suas colheitas, enquanto os moradores locais exigiam 3.000 dólares por hectare (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a)

Isto pois, no território afegão, os agricultores que se envolvem no cultivo de papoula podem obter uma renda significativamente maior do que se optassem por cultivar culturas

alternativas, como o trigo. Ainda que os preços do trigo possam flutuar de ano para ano, a mudança para uma cultura alternativa é considerada de utilidade limitada, no melhor dos casos (Peterson, 2014). Segundo o próprio Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), nenhum dos produtos agrícolas legalizados do Afeganistão atualmente pode igualar a renda bruta por hectare gerada pelo ópio, assim como as autoridades de transição também não conseguem oferecer um valor que compense para o agricultor realizar a destruição das plantações.

Diante do apresentado, os senhores da guerra regionais estão reganhando controle em seus feudos pessoais e, apesar de controlarem o contrabando e o comércio de drogas, financiando suas próprias milícias, eles têm poucos incentivos para se envolverem com o Estado central, o qual ainda tem um mandato limitado além de Cabul. Logo, como observado por um alto funcionário europeu da ajuda humanitária em 2002, "os senhores da guerra com rendimentos são mais fortes agora do que eram em dezembro passado, eles podem desafiar o governo central e a comunidade internacional à vontade" (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a, p.61).

Ademais, a economia informal exerce um papel significativo na moldagem das economias formais, especialmente com o comércio transfronteiriço que tem impactado negativamente as economias do Paquistão e de outros países vizinhos. Embora o comércio paralelo tenha ajudado a aliviar parte dos efeitos negativos da seca, não contribui para investimentos de longo prazo em infraestrutura ou indústrias. Sem um Estado forte e um sistema legal eficaz para proteger os direitos de propriedade e fazer valer os contratos, há poucos incentivos para os empresários se envolverem em atividades produtivas de longo prazo, pois preferem atividades de retorno rápido e enviam a maioria dos seus lucros para fora do país (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a). Ou seja, mesmo que a economia de guerra produza um retorno monetário alto, ele não é investido de volta no país para desenvolver a estrutura necessária na tentativa de superar a fragilização do Estado em conflito, o que perpetua as já enraizadas formas alternativas e ilícitas de renda.

Portanto, verifica-se que os esforços de reconstrução do país não são suficientes para superar a economia de guerra enraizada em um Afeganistão historicamente conflituoso. A ajuda humanitária enviada não é capaz de cobrir os valores gerados atualmente com os comércios ilegais e o Estado desarticulado não consegue subjugar a influência dos senhores de guerra e dos grupos fundamentalistas atuando na região. Logo, o Afeganistão continua caracterizado por uma economia de guerra consolidada e de difícil reversão, tendo em vista o contexto não só do país, mas de toda a região da Ásia Central.

Diante disso, o contexto atual do país reforça esta ideia de economia de guerra em curso. Em 7 de setembro de 2021, o Talibã anunciou a formação de um governo interino, seguindo o modelo adotado na década de 1990, com um líder espiritual e um primeiro-ministro à frente da administração, sendo definida como uma teocracia religiosa governada pelo comandante dos seguidores do Islã e líder supremo. Este novo governo suspendeu a constituição anterior do Afeganistão e anunciou a intenção de revisar as leis afegãs à luz da Sharia. Contudo, até o início de 2022, a estrutura legal permanecia nebulosa e, até 1º de junho de 2022, o Talibã não havia promulgado uma nova constituição. As orientações legais emitidas foram principalmente na forma de decretos e diretrizes gerais, as quais foram aplicadas de forma desigual. A falta de clareza em relação à ordem jurídica dominante e a inconsistência de sua aplicação foram destacadas como alguns dos principais desafios enfrentados pela população do Afeganistão após a ascensão do Talibã ao poder (European Union Agency for Asylum, 2023).

Ademais, a ascensão do Talibã ao poder gerou impacto no comércio e no sistema bancário do país, também resultando na interrupção da ajuda internacional. As sanções financeiras paralisaram a economia do Afeganistão e exacerbaram a crise humanitária no país. A economia, anteriormente dependente da assistência humanitária, entrou em declínio abrupto, com os serviços públicos e o sistema bancário entrando em colapso. Estima-se que cerca de 4 milhões de afegãos estejam vivendo em campos de deslocados internos em todo o país, enquanto milhões estão desempregados. A situação retrata uma população em vulnerabilidade alimentar e incapaz de satisfazer suas necessidades básicas. O Afeganistão enfrenta uma crise financeira iminente em várias frentes. A escassez de liquidez no banco central é amplamente reconhecida e a comunidade internacional demonstra preocupações quanto à gestão do Banco Central do Afeganistão pelo Talibã, temendo que isso possa facilitar o desvio de fundos para atividades ilícitas. Além disso, o sistema de saúde do Afeganistão também se encontra à beira do colapso (Brivati, 2022; European Union Agency for Asylum, 2023).

## **2. A ORIGEM E ASCENSÃO DO ESTADO ISLÂMICO E DO ESTADO ISLÂMICO KHORASAN**

Mesmo anos após o início da Guerra ao Terror declarada e propagada pelos Estados Unidos, o interesse midiático, público, político e acadêmico acerca de temáticas que envolvem o terrorismo seguem pulsantes. Este acompanhamento intenso deve-se a uma série de ataques extremistas de grande repercussão e à preocupação internacional decorrente dos sucessos militares e atividades nas mídias sociais realizadas por grupos fundamentalistas, como por exemplo o Estado Islâmico, na região da Síria e do Iraque (Jackson, 2016). Em outras palavras, segundo Richard Jackson

terrorismo – e a resposta global a ele – assumiu um papel proeminente na política externa e de segurança, policiamento, coleta de informações, legislação, imigração, bancos, segurança interna, mídia, arte, literatura e filmes, relações internacionais e pesquisa acadêmica, entre uma infinidade de outros aspectos da vida social, econômica, política e cultural (Jackson, 2016, p.20).

Dessa forma, é preciso primeiramente compreender a origem do Estado Islâmico (IS) de fato e seus movimentos expansionistas na década de 2010, para depois conseguir entender o início, as dinâmicas e as particularidades do Estado Islâmico Khorasan (IS-K), sua célula regional, que por vezes passa despercebido pela mídia ocidental.

### **2.1. A origem do Estado Islâmico**

É atribuído o título de fundador do grupo fundamentalista ao Abu Musab al-Zarqawi, o qual recebeu o título “Sheikh dos Assassinos” devido a sua brutalidade. Em 1992, al-Zarqawi foi preso por posse de lotes de explosivos e, enquanto estava detido, conheceu Abu Muhammad al-Maqdisi, um importante disseminador dos ideais jihadistas contemporâneos, que se tornou seu mentor (Gomes; Mikhael, 2018).

Quando saiu da prisão em 1999, Abu Musab buscou financiamento e apoio dos líderes da Al-Qaeda para desenvolver sua própria organização, porém recusou jurar lealdade a eles. Al-Zarqawi possuía visões extremistas, principalmente no que tangia o ataque aos xiitas, as quais Bin Laden e Zawahiri demonstravam discordar. Contudo, apesar das divergências, ambos trabalharam em conjunto, sobretudo em decorrência de al-Zarqawi operar no Levante – região que se estende da Jordânia à Síria –, onde a Al-Qaeda era enfraquecida (Gomes; Mikhael, 2018).



Durante os cinco anos seguintes, al-Zarqawi operou de forma independente, mas recebendo o apoio de Bin Laden e da Al-Qaeda. Ao longo desses anos implementou um campo de treinamento na região de Herat no Afeganistão, o qual recebeu financiamento da Al-Qaeda - com consentimento de Mullah Omar, líder do Talibã. Também passou um tempo no Irã, Síria e Líbano, período em que recrutou novos combatentes - utilizando principalmente o boca-a-boca e conexões pessoais - e expandiu sua rede de contatos (Stern; Berger, 2015; Gerges, 2021).

Enquanto Zarqawi estava mais focado na Jihad em países muçulmanos, como a Jordânia, Bin Laden na época direcionava sua atenção para o Ocidente, incluindo seu famigerado ataque aos Estados Unidos. Nos dias que antecederam o 11 de setembro, Bin Laden solicitou repetidamente a Zarqawi o juramento de lealdade religiosamente vinculativo conhecido como *bayah*, o qual este recusou-se a cumprir (Stern; Berger, 2015).

Com a invasão dos Estados Unidos ao Iraque, Zarqawi e Bin Laden estabeleceram uma aliança de fato, aprofundando a relação já existente e garantindo a presença duradoura da Al-Qaeda no país. O Iraque tornou-se um ponto focal para os jihadistas, os quais migraram para o país com o objetivo de enfrentar as tropas estadunidenses de forma eficaz. A invasão ainda reforçou a visão dos combatentes sobre as intenções hegemônicas dos Estados Unidos no Oriente Médio, alimentando o recrutamento de forma significativa em um momento de necessidade (Stern; Berger, 2015).

Assim, outros líderes fundamentalistas também descreveram a ocupação dos EUA como benéfica para o movimento, pois foi uma oportunidade de revitalizar o movimento, que estava em declínio desde a destruição da base da Al-Qaeda no Afeganistão. Abu Musab al Suri, um estrategista proeminente, em concordância com os líderes dos movimentos afirmou que o cenário iraquiano atuou praticamente sozinho como restaurador do movimento jihadista, dando forças para os combatentes fundamentalistas continuarem lutando pelo seu propósito (Stern; Berger, 2015).

Como resultado, o Iraque mergulhou em uma guerra civil e o planejamento dos EUA rapidamente mudou de combate para reconstrução da nação. Com essa alteração, o Presidente Bush nomeou Paul Bremer como chefe da Autoridade Provisória da Coligação no Iraque (Stern; Berger, 2015). Logo, a ascensão do Estado Islâmico está intimamente ligada à intervenção militar realizada pelos Estados Unidos no Iraque em 2003. Isto porque, o comandante e autoridade provisória no Iraque, Paul Bremer decidiu dissolver o exército iraquiano e demitir todos os membros do partido Baath de cargos públicos, deixando cerca de 100.000 baathistas desempregados, os quais serviram de recursos humanos qualificados para a insurgência (Gomes; Mikhael, 2018).

A invasão e os esforços posteriores para estabelecer um sistema democrático no Iraque por parte dos Estados Unidos levaram os xiitas, que estavam reprimidos, ao poder político, ao mesmo tempo em que a desbaathificação provocada por Bremer privou milhares de sunitas de suas posições. Diante disso, em meio a esforços para recuperar influência, no mês de agosto de 2003 os discípulos de Abu Musab al-Zarqawi atacaram um centro missionário da ONU e a embaixada da Jordânia em Bagdá, causando um novo e rápido aumento da violência. Ainda no mesmo mês, Zarqawi atacou uma relevante mesquita xiita, resultando na morte de pelo menos noventa e cinco pessoas, incluindo o Aiatolá Muhammad Bakr al Hakim, um dos mais proeminentes e admirados clérigos xiitas do país (Stern; Berger, 2015; Gerges, 2021).

Apesar das tensões entre Zarqawi e Bin Laden, em 2004 Zarqawi finalmente declarou *bayah* (lealdade) a Bin Laden e anunciou a criação de um novo movimento jihadista: a Al-Qaeda na Terra dos Dois Rios, que faz referência aos rios Tigre e Eufrates que convergem no Iraque. Contudo, o movimento ficou popularmente conhecido como Al-Qaeda no Iraque (AQI) e foi descrito como um “casamento de conveniência” ao invés de um encontro de mentes (Stern; Berger, 2015; Gerges, 2021).

Diante desse cenário, origina-se oficialmente uma base do grupo no Iraque. Com isso, ambos os lados saíram beneficiados, pois a utilização do nome Al-Qaeda gerou apoio e notoriedade para al-Zarqawi entre os jihadistas iraquianos e a Al-Qaeda começou a tornar-se um poderoso associado na região. Contudo, as referências já existentes entre as partes continuaram, pois, Bin Laden e Zawahiri pressionaram para que os ataques fossem destinados a alvos estadunidenses, enquanto Abu Musab defendia ataques concentrados em xiitas e sunitas considerados apóstatas (Gomes; Mikhael, 2018). Isto é, apesar de ter prometido lealdade, Zarqawi manteve uma ação independente da Al-Qaeda, seguindo uma estratégia por vezes dissonante da de Bin Laden. Nos meses seguintes, ele e seu novo grupo persistiram em instigar a discórdia na intenção de capturar os olhares internacionais (Stern; Berger, 2015; Gerges, 2021).

Em junho de 2006, al-Zarqawi faleceu em decorrência de um ataque aéreo. Havia otimismo de que sua morte poderia transformar a situação no Iraque, pois pensava-se que ao eliminar os principais líderes da AQI a organização iria entrar em colapso. Contudo, o Departamento de Defesa divulgou uma fotografia do cadáver de Zarqawi durante seu briefing sobre o ataque e dentro de vinte e quatro horas os apoiadores da Al-Qaeda começaram a utilizar a imagem do corpo de seu líder em faixas, vídeos e homenagens online ao seu "martírio"-resultando no efeito contrário ao pretendido. Com a disseminação do vídeo online e o assassinato nas manchetes da mídia, o nome de Zarqawi ganhou ainda mais evidência. A

cobertura do evento apenas aumentou a popularidade de Abu Musab entre os círculos militantes islâmicos - no mundo árabe e no Ocidente -, consequentemente facilitando o recrutamento de jihadistas do exterior (Stern; Berger, 2015; Gerges, 2021).

Logo depois da morte de Zarqawi, a célula da Al-Qaeda no Iraque quase foi dizimada por conta de uma série de ataques realizados pelas tribos sunitas em junção com os Estados Unidos. Entretanto, pouco antes de morrer, Abu Musab criou um conselho formado por diversos grupos jihadistas que atuam no Iraque, uma vez que não fazia mais sentido para a Al-Qaeda iraquiana competir com eles. Foi este conselho que originou e anunciou a formação do Estado Islâmico do Iraque (ISI), o qual tinha como líder Abu Omar al-Baghdadi (Gomes; Mikhael, 2018).

A prioridade de al-Baghdadi após se tornar líder foi a sua segurança pessoal. Com o ISI em ruínas, al-Baghdadi decidiu reconstruir a organização, eliminando potenciais críticos e inimigos, ao substituí-los por aliados de confiança, muitos dos quais tinham passado vários anos com ele no Camp Bucca (um centro de detenção de líderes religiosos notórios administrado pelos EUA). Dessa forma, os baathistas tornaram-se uma parte extremamente importante do ISI, pois o novo líder escolheu muitos deles para ocupar cargos de topo na organização (Stern; Berger, 2015).

Ainda em 2010, os Estados Unidos voltaram a enfraquecer o Estado Islâmico quando eliminaram Abu Omar al-Baghdadi e outros membros, apesar de Abu Bakr al-Baghdadi ter surgido como o novo líder do grupo. Porém, dois eventos ocorridos em 2011 ajudaram o ISI a se reerguer. O sistema político disfuncional no Iraque que se desenvolveu após a invasão e ocupação do país liderada pelos EUA e as políticas de exclusão do primeiro-ministro iraquiano (Nouri al-Maliki), que, após a retirada das tropas estadunidenses, passou a perseguir os cidadãos sunitas do país, galvanizou a resistência sunita existente, a colocando nas mãos dos movimentos extremistas do Iraque (especialmente o Estado Islâmico), possibilitando seu reagrupamento. Já o segundo evento foi o início da Guerra Civil da Síria, pois o cenário sírio permitiu que o ISI ampliasse seu raio de atuação (Gomes; Mikhael, 2018; Gerges, 2021).

Isto pois a fronteira entre Síria e Iraque era permeável, facilitando a mobilização dos jihadistas, os quais penetraram no território sírio, potencializando a desestabilização local. Assim, o Estado Islâmico iraquiano aproveitou-se do cenário e inseriu-se o conflito através do apoio da Jabat al-Nusra. No entanto, o grupo jihadista sírio optou por seguir as reivindicações da Al-Qaeda, gerando o pilar do conflito entre Al-Qaeda e Estado Islâmico. Dessa maneira, em 2013, o líder Abu Bakr al-Baghdadi consolidou a fusão do Jabat al-Nusra com o grupo fundamentalista, originando o Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS) e se proclamando o

líder das duas organizações. Mas, como resposta, em fevereiro de 2014 a Al-Qaeda repudiou esta junção e declarou não possuir qualquer relação com o ISIS. Então, em julho de 2014, Baghdadi declarou a formação de um novo Califado, tendo em vista que já controlava significativas porções da Síria e do Iraque, e se auto proclamou Califa (Gomes; Mikhael, 2018; Gerges, 2021).

Isto posto, o ISIS realizou um movimento de grande impacto e tão audacioso quanto suas rápidas conquistas militares no campo de batalha ao restaurar o Califado, um antigo império islâmico com profundo significado para os muçulmanos em todo o mundo, especialmente para os jihadistas salafistas, cujos esforços estavam dedicados a esse objetivo. O novo califado seria agora conhecido simplesmente como Estado Islâmico, conforme declarado no anúncio, removendo "Iraque e Síria" do nome da organização para refletir sua pretensão global de domínio; apesar disso, a sigla "ISIS" continua a ser amplamente utilizada para se referir ao grupo (Stern; Berger, 2015).

O Estado Islâmico não apenas almejava permanecer no Iraque e na Síria, mas buscava expandir-se por todo o mundo, nas palavras de Baghdadi e outros líderes proeminentes. Para alcançar esse objetivo, projetou sua influência sobre potenciais recrutas e aliados em todo o mundo, empregando métodos únicos em relação a qualquer outro grupo extremista (Stern; Berger, 2015). Diante disso, com o objetivo de definir e ilustrar o Estado Islâmico do Iraque e da Síria, faz-se pertinente trazer as palavras de Patrick Cockburn (2015) sobre o grupo:

O ISIS é filho da guerra. Seus membros buscam redesenhar o mundo a partir de si mesmos, por atos de violência. Sua combinação tóxica, porém eficaz, de crenças religiosas extremas com capacidade militar é produto da guerra no Iraque desde a invasão norte-americana em 2003 e da guerra na Síria, desde 2011. Exatamente no momento em que a violência declinava no Iraque, foi reavivada na Síria pelos árabes sunitas. É consenso entre os governos e a mídia, no Ocidente, que a guerra civil no Iraque foi reacendida pelas políticas sectárias do primeiro-ministro iraquiano Nouri al-Malik (Cockburn, 2015, p.41).

O Estado Islâmico prosseguiu com sua campanha militar agressiva, enquanto o mundo gradualmente despertava para suas ações violentas. Onde quer que controlassem território, procuraram estabelecer um governo teocrático, com alguma estrutura governamental mínima, economia funcional e instituições civis. Embora a onda inicial de ataques no Iraque tenha retardado o avanço do ISIS, não diminuiu significativamente seu domínio (Stern; Berger, 2015).

Como resultado, o ISIS registrou sucessos ao longo de 2014. Capturou Fallujah em janeiro e seguiu em expansão. Em uma campanha contínua, conquistou e consolidou o controle de Raqqa, na Síria, e grande parte de sua área circundante, expulsando o governo vigente e outros grupos rebeldes. Com a conquista, estabeleceu Raqqa como sua capital na Síria, atraindo

múltiplos combatentes estrangeiros e impondo uma interpretação rígida da Sharia. Além disso, obteve um controle significativo sobre a cidade de Deir ez Zour (também na Síria), anteriormente controlada pela Al Nusra e outras forças opositoras, transferindo consideráveis recursos da Al-Nusra para o Estado Islâmico e estabelecendo uma estação intermediária política e logística crucial perto da fronteira com o Iraque (Stern; Berger, 2015; Gerges, 2021; Cockburn, 2015).

À vista disso, a ascensão e o sucesso do ISIS atraiu mais recrutas, muitos de outros grupos islâmicos, que se uniram a Baghdadi e seu exército. Os novos adeptos do ISIS ficaram impressionados com seu poder militar, resiliência e solvência financeira, em contraste com seus próprios grupos que não pagavam regularmente salários, apesar de receberem ajuda externa, e não conseguiam construir uma organização sustentável ou uma identidade potente (Gerges, 2021). Nesse sentido, o ISIS continuou a expandir-se no Iraque e na Síria, controlando áreas cada vez maiores de território e governando com mão firme onde estabeleceu seu domínio. Para alcançar esses feitos, o Estado Islâmico estabeleceu uma série de alianças complexas com tribos árabes sunitas no Iraque, mesmo com aquelas que não compartilhavam necessariamente sua ideologia extrema (Stern; Berger, 2015; Cockburn, 2015).

Em junho de 2014, o ISIS tomou Mosul, uma cidade com 1,5 milhões de habitantes e sede da maior barragem do Iraque. Os comandantes seniores do exército da cidade fugiram ao avistar a bandeira do Estado Islâmico, tendo em vista que o regime vigente expulsou sistematicamente os sunitas de posições militares superiores, frequentemente favorecendo oficiais xiitas menos experientes com conexões políticas (Stern; Berger, 2015).

### **Figura 1 – Bandeira do Estado Islâmico**



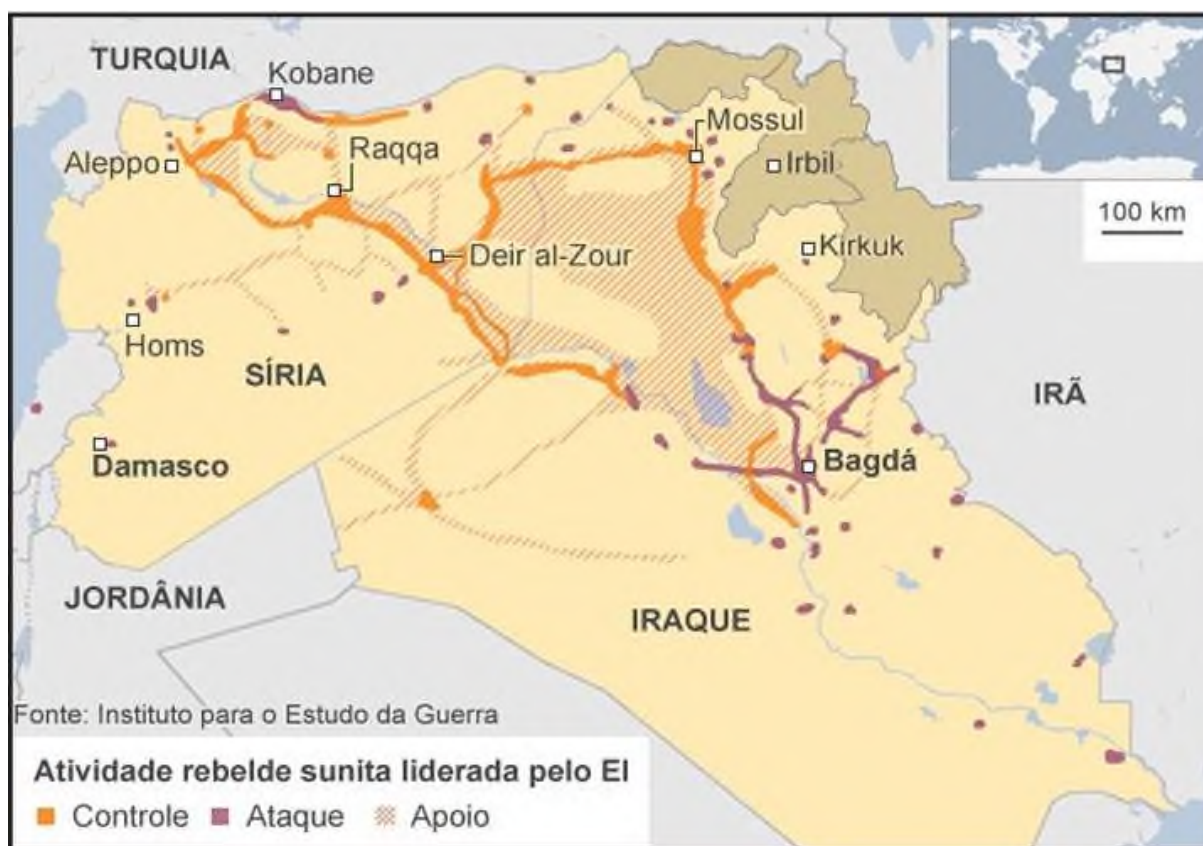
Fonte: Geo5 Internacional, 2024

Em 10 de setembro, foi anunciado que o objetivo da intervenção dos EUA havia se expandido. Essa expansão significativa das regras de engajamento com o Estado Islâmico tornou-se ainda mais complicada com os primeiros ataques da coalizão na Síria. Durante o primeiro ataque, em 22 de setembro de 2014, aviões americanos bombardearam não apenas alvos do ISIS, mas também o Jabhat al Nusra, que se separou do Estado Islâmico meses antes e estabeleceu-se como uma força líder na aliança rebelde para derrubar Bashar al-Assad. Segundo a administração, e em certa medida apoiados por relatórios de fontes abertas sobre a guerra civil na Síria, os ataques visavam o Grupo Khorasan, uma célula virtualmente inédita que se formava - e será detalhada na seção seguinte deste trabalho (Stern; Berger, 2015).

Em novembro, o ISIS estava mobilizando cerca de 25.000 combatentes, abrangendo divisões terroristas, insurgentes e uma força semelhante à infantaria de um exército convencional. O controle territorial do Estado Islâmico estende-se desde a região de Aleppo, na Síria, até à província de Salah ad Din, no Iraque - englobando mais especificamente Aleppo, Raqqa, Deir ez-Zor, Homs, Hasakah, Damasco, Salah ad Din, al-Anbar e Nínive. Governam através de uma estrutura de províncias (chamadas de *wilayat*), cada uma com seu próprio governador e governos locais subordinados, além de uma variedade de unidades administrativas, em muitos aspectos reproduzindo uma burocracia governamental típica, a qual incluía tribunais da Sharia (Stern; Berger, 2015; Bautista, 2023).

Sua força militar é predominantemente composta por iraquianos, enquanto muitas de suas instituições civis são ocupadas por estrangeiros. A força do Estado Islâmico é significativa, mas apenas uma parte da narrativa. Através de uma estratégia midiática tão agressiva quanto suas táticas militares, o ISIS busca estender sua influência por todo o mundo (Stern; Berger, 2015). Portanto, foi em 2014, com as fortes investidas expansionistas, que o Estado Islâmico esteve no auge da sua influência, o que é corroborado pelo mapa abaixo:

**Figura 2 – Mapa das zonas de atividade do Estado Islâmico em 2014**



Fonte: BBC, 2014

Nessa época não havia dúvidas de que o ISIS havia se tornado a organização fundamentalista mais rica do mundo, aumentando sua riqueza a cada dia. A maioria concordava que suas reservas de caixa excediam centenas de milhões de dólares, talvez até bilhões. E em novembro, algumas estimativas sugeriam que estava gerando entre 1 e 3 milhões de dólares por dia. Ao contrário da Al Qaeda e de muitos outros grupos extremistas religiosos, que dependem de fontes externas de financiamento, grande parte da receita do Estado Islâmico foi gerada internamente, através de impostos sobre a população local, saques, venda de antiguidades e contrabando de petróleo, sendo este último considerado uma das fontes mais significativas. O

ISIS explorou mercados negros e rotas de contrabando profundamente enraizadas, tornando os métodos tradicionais de combate ao financiamento do terrorismo menos eficazes. Além disso, conseguiu angariar milhões através do resgate de reféns ocidentais (Stern; Berger, 2015; Stergiou, 2016).

A organização acumulou recursos provenientes de uma ampla variedade de atividades, sendo estas legais e ilegais, que abrangiam desde a cobrança de taxas, tarifas e impostos da população até a exploração de campos de petróleo, gás natural e minas de fosfato. Eles controlavam instalações para a produção de ácido sulfúrico, ácido fosfórico e cimento, além de envolver-se em atividades como roubo e assalto a bancos na região, combinados com operações de extorsão. Recebiam doações da região do Golfo, estavam envolvidos no tráfico de mulheres e sequestros extorsivos, e operavam na produção agrícola de algodão e trigo em áreas usurpadas, além de se dedicarem ao contrabando de artefatos arqueológicos.

O braço tributário do Estado Islâmico infiltrou-se em todos os aspectos da vida em Mosul. À medida que várias dinâmicas econômicas influenciavam o cotidiano do ISIS, era crucial para seus líderes organizar a situação econômica e financeira para manter o controle, mesmo que isso significasse a adoção de um sistema que, em alguns aspectos, contradiz seus princípios fundamentais. As fronteiras sírias e iraquianas eram estritamente monitoradas e todos os caminhões que entravam ou saíam estavam sujeitos ao pagamento de uma taxa específica. Além disso, os cidadãos eram obrigados a pagar várias tarifas. Em suma, tanto as mercadorias quanto a população eram tributadas pelas autoridades do ISIS (Bautista, 2023).

De forma mais detalhada, o petróleo representava uma das principais fontes de financiamento para o grupo, juntamente com o controle de diversas fontes de gás natural na Síria e no Iraque, em 2015. Além disso, invadiram bancos locais, incluindo a sucursal de Mosul do Banco Central do Iraque, para obter capital para expansão. Para sustentar suas operações, o ISIS impôs taxas sobre todas as retiradas em dinheiro das contas bancárias e realizou extorsões em empresas e multinacionais, que podiam chegar a 20% dos lucros e contratos locais.

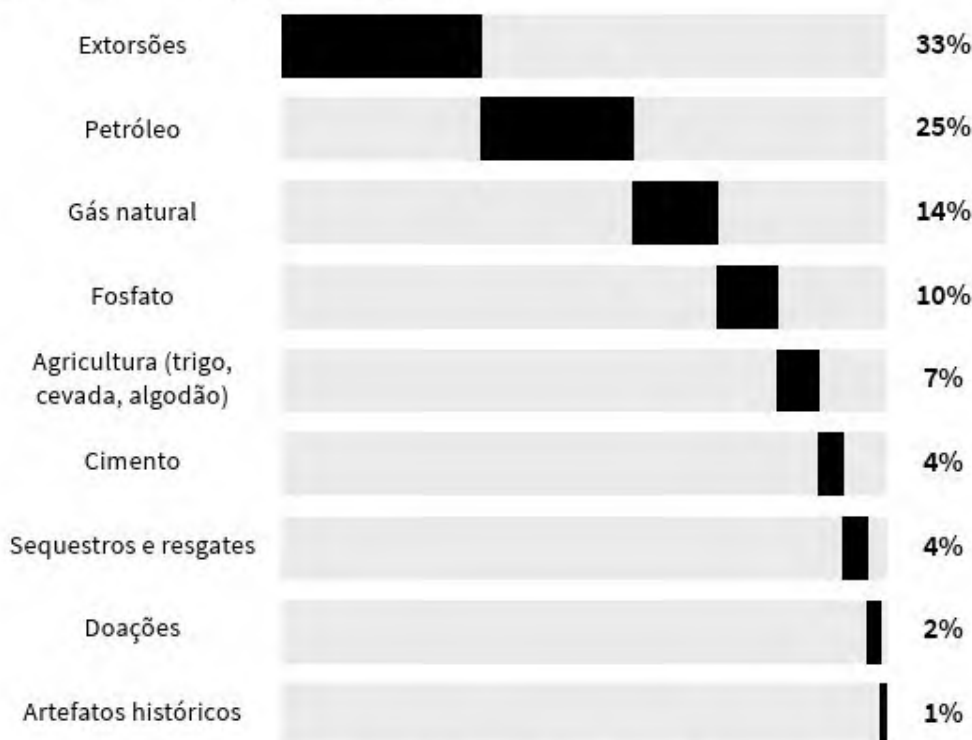
O tráfico humano também contribuiu significativamente para seus lucros, com relatos de mulheres yazidis sendo compradas e vendidas como escravas. Controlando recursos naturais como a mina de fosfato de Akashat e fábricas de produtos químicos, como ácido sulfúrico e ácido fosfórico, além de fábricas de cimento em diversas localidades, incluindo Raqqa (na Síria), al-Fallujah, Kubaisa e al-Qaim (no Iraque), o Estado Islâmico obteve lucros substanciais. O controle sobre campos de algodão na Síria também gerou aproximadamente US\$180 milhões em lucros para a organização, controlando 90% dos campos produtores na Síria (Bautista, 2023;



Stergiou, 2016). Através da tabela abaixo é possível ilustrar melhor a procedência do capital do grupo fundamentalista, assim como as proporções que cada categoria abarca do montante final:

**Tabela 1 – Financiamento do Estado Islâmico para o ano de 2015**

Gráfico 4.1 - Financiamento do EI para 2015



Fonte: Adaptado do Center for the Analysis of Terrorism (CAT), 2016. Tradução.

Fonte: Bautista, 2023, p.136

Em janeiro de 2016, o Estado Islâmico sofreu significativas perdas territoriais, militares e financeiras. Do vasto território de 90 mil km<sup>2</sup> que dominava em 2015, sua área de controle foi reduzida para 78 mil km<sup>2</sup>. Essa perda territorial foi progressiva, impulsionada pelos ataques das Forças Democráticas Sírias e da Coalizão Global para Derrotar o ISIS. Em 2017, o controle territorial do Estado Islâmico se limitava a apenas 36,2 mil km<sup>2</sup>. O controle de território é essencial para a sobrevivência do Estado, pois facilita a imposição de estruturas estatais para a arrecadação de recursos, distribuição e manutenção das forças armadas para proteção, ou seja, com a perda de território, as estruturas estatais concebidas por Haji Bakr foram efetivamente desmanteladas, resultando em uma redução na influência do ISIS (Bautista, 2023).

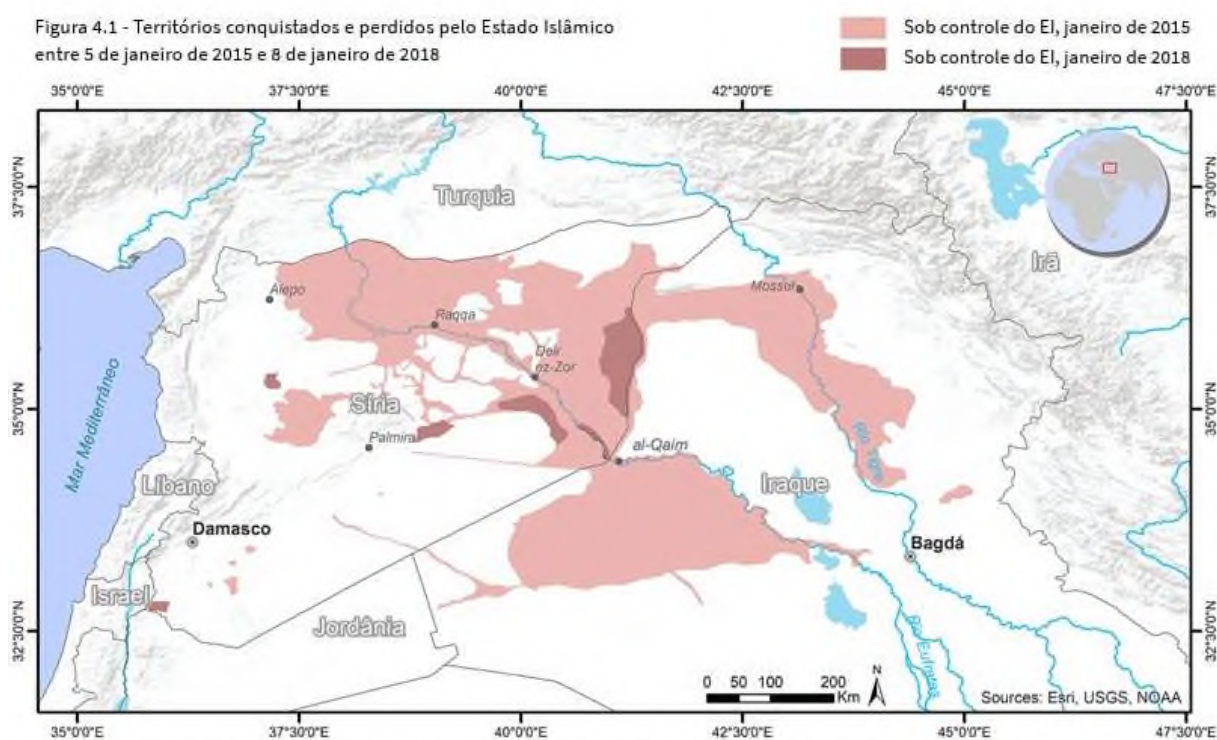
Com o constante declínio, em 2017 o Estado Islâmico totalizou uma perda do controle de 60% do seu território e, com isso, também perdeu 80% de sua receita. As grandes perdas territoriais do ISIS no nordeste foram evidentes, estendendo-se para o sul em direção a Raqqa

e Deir ez-Zor. No Iraque, a libertação de Mosul pelas forças de segurança do país com o apoio da Coalizão Global, em julho de 2017, foi um marco relevante. Além disso, a província de Nínive também foi recuperada do controle do Estado Islâmico após a recaptura da cidade de Tal Afar no final de agosto de 2017. Do outro lado do conflito, combatentes curdos e árabes conseguiram retomar Raqqa, enquanto avançavam para o sul e recuperaram Palmira. Em 2019, Baghuz foi o último território a ser resgatado, o que significava que, em dezembro, o ISIS já não possuía mais controle territorial (Bautista, 2023).

Deste modo, à medida que o Estado Islâmico perdeu controle territorial, seu projeto de governança foi afetado, dada a relação direta entre território e finanças. No entanto, é importante ressaltar que o projeto revolucionário não se limitava apenas ao estabelecimento de um Estado nacional com fronteiras definidas. Como resultado, mesmo após a perda de território, Abu Bakr al-Baghdadi continuou proclamando a expansão global do califado, por meio de suas filiais e franquias - com destaque especial para o Estado Islâmico Khorasan-, até sua morte em outubro de 2019 (Bautista, 2023).

Como ferramenta visual, o mapa a seguir comprova a perda de influência e o declínio do ISIS, através de uma comparação entre as áreas dominadas em 2015 e 2018:

### Figura 3 – Territórios conquistados e perdidos pelo Estado Islâmico: uma comparação entre 2015 e 2018



Fonte: Sistema de Coordenadas Geográficas Datum Horizontal: WGS84. Elaboração: Diego F. C. Alves, adaptado de BBC News, 2018.

Fonte: Bautista, 2023, p.123

Sendo assim, para concluir, Jacob Shapiro (2016) diz que:

O fracasso do Estado Islâmico como Estado era previsível assim que os avanços iniciais do grupo estagnaram. O grupo tentou travar uma guerra territorial em três frentes – os Curdos a Norte, o regime de Assad a Oeste e o Iraque a Leste – sem os recursos necessários para o fazer. As primeiras estimativas de receitas revelaram que ou o seu sistema de geração de receitas era ineficiente, a sua economia tinha entrado em colapso, ou ambos, e que as condições tinham piorado constantemente ao longo do tempo. A área que controlava no final de 2014 era apenas modestamente produtiva antes da guerra e as suas instituições governamentais eram inimigas do crescimento económico. Esses fatores garantiram um colapso lento (Shapiro, 2016, p.28).

## **2.2. Estado Islâmico Khorasan: suas particularidades, fixação e desenvolvimento no Afeganistão**

Após a expansão do Estado Islâmico e a proclamação do Califado, em 2015, o Estado Islâmico divulgou que iria se expandir para a região do Khorasan, a qual engloba parcialmente territórios do atual Irã, Ásia Central, Afeganistão e Paquistão (Center for Strategic and International Studies, 2018). Como podemos ver no mapa, a região do Khorasan é extensa e engloba vários países:

**Figura 4 – Mapa da região chamada de Khorasan**



Fonte: G1, 2021

Este braço regional do grupo extremista tem origem também no conflito sírio e emergiu a partir de militantes dissidentes do Talibã paquistanês que se juntaram aos guerrilheiros islâmicos já presentes no Afeganistão (Giustozzi, 2018). Nesse sentido, durante a Guerra Civil da Síria, as filiais da Al-Qaeda no Afeganistão e no Paquistão pressionaram seus aliados do Talibã para enviar voluntários para combater na guerra. Posteriormente, voluntários vindos de outros grupos fundamentalistas foram enviados à guerra, dentre eles os do Tehrik-e Taliban Pakistan (TTP), o Talibã paquistanês. Porém, o Estado Islâmico já se encontrava presente no território, em busca de maior influência (Giustozzi, 2018).

Assim, concomitantemente, eram realizados os esforços para atrair voluntários para a filial do Khorasan, o que acontecia sem ser percebido pelo Talibã afegão, chamando recrutas a partir da promessa de glória e alta remuneração. É comum alegar que um fator decisivo para atrair combatentes para o IS-K eram os salários mais elevados - de 50% a 100% mais altos que os pagos pelo Talibã -, melhores condições e equipamentos. Isto porque, de acordo com a comissão de finanças, o salário pago era de 500-600 dólares por mês com a adição de alguns subsídios para alimentação e vestuário, por exemplo. Deste modo, rapidamente o Estado Islâmico Khorasan tornou-se popular entre os jovens locais, sendo a única fonte de empregos bem remunerados numa faixa de dezenas de quilômetros. Logo, antes mesmo das realizações

de 2014 e da proclamação do Califado, o Estado Islâmico já estava atraindo afegãos, paquistaneses e centro-asiáticos para o grupo (Giustozzi, 2018).

Em 2014, o emir do Estado Islâmico, Abu Bakr al-Baghdadi, nomeou Hafiz Khan Saeed como o primeiro emir do Estado Islâmico Khorasan (IS-K). Khan Saeed já havia ocupado o cargo de comandante do TTP, com responsabilidade pelas operações em Orakzai nas Áreas Tribais Administradas Federalmente (FATA) do Paquistão, fornecendo ao recém-formado IS-K redes profundas no Paquistão para recrutamento. Assim, Khan solidificou a posição do Estado Islâmico Khorasan nessa área estratégica de fronteira e também trouxe consigo outros membros proeminentes do TTP, incluindo o porta-voz do grupo (Sheikh Maqbool) e muitos chefes distritais, quando prestou juramento de lealdade (*bayah*) a al-Baghdadi em outubro de 2014 (Doxsee; Thompson, 2021; Center for Strategic and International Studies, 2018).

Ademais, ainda durante 2014, grupos difusos associados ao Estado Islâmico começaram a se centralizar ao redor de lideranças tidas como principais e a formar organizações, ou motivados diretamente por emissários do Estado Islâmico Central ou reconhecidos pelo Estado Islâmico como sendo parte do mesmo. No entanto, até o final de 2014, estes diversos grupos ainda mencionavam uns aos outros como entidades separadas; esse posicionamento só mudou a partir de 2015. Em janeiro de 2015, Abu Muhammed al-Adnani, principal porta-voz do Estado Islâmico Central, declarou a criação do *Wilayat* (“Província”) Khorasan (Giustozzi, 2018). Assim, o mapa abaixo ilustra onde se estabeleceu a nova célula regional do Estado Islâmico, o IS-K e qual sua extensão na época de sua fundação:

**Figura 5 – Mapa das aéreas dominadas pelo Estado Islâmico em 2014**



Parwan). Isto pois, na semana sucessora do fato, os relatórios produzidos pela inteligência afegã acusaram a presença de um coletivo de setenta e sete membros do Estado Islâmico Khorasan em Khak-e Safed (no Distrito de Farah). Apesar disso, foi apenas no mês seguinte, decorrente do assassinato do vice-governador da região Khorasan, que as autoridades do Afeganistão reconheceram que um grupo identificado por IS-K se encontrava ativo no território. Contudo, foi apenas em 2016 que a missão da OTAN no Afeganistão, a Resolute Support, admitiu que os grupos autodenominados Estado Islâmico Khorasan localizados no território afegão têm efetivamente conexões financeiras, estratégicas e comunicativas com o núcleo do ISIS (Giustozzi, 2018).

O apoio social que o IS-K recebeu na região do Khorasan pode ter sido limitado em escopo, mas sua popularidade entre os membros das organizações fundamentalistas existentes foi suficiente para permitir uma expansão significativa durante os anos de 2015 e 2016. Essa expansão ocorreu em termos numéricos, geográficos e políticos: o Estado Islâmico Khorasan conseguiu atrair inteiras organizações jihadistas para seu grupo, embora em sua maioria pequenas, e estabeleceu alianças com uma ampla gama de outras organizações, incluindo algumas com grande estabelecimento (Giustozzi, 2018).

Ademais, é relevante pontuar que o IS-K não é apenas subordinado do grupo central, mas sim uma província do tal, a qual é dotada de relativa autonomia. Por conta disso, a ramificação do Khorasan é autorizada a tomar decisões no que tange às operações militares, aquisições, salários, recrutamento e orçamento, sem precisar consultar o Estado Islâmico Central. Todavia, quando se fala sobre mudança nas leis, regras e regulamentos e seleção de liderança, o grupo central precisa estar envolvido e participar das decisões. Essa dinâmica evidencia que o ISIS quer enfatizar a existência da hierarquia entre eles, ao mesmo tempo que dá espaço para que o Estado Islâmico Khorasan seja mais do que uma simples estrutura franqueada (Giustozzi, 2018). Contudo, é relevante apontar que o IS-K adotou a mesma bandeira preta utilizada pelo ISIS, reforçando a relação entre eles e a convergência de ideais.

O IS-K adota a ideologia mais ampla do Estado Islâmico, que busca estabelecer um califado global e transnacional governado pela jurisprudência islâmica. Os recrutas o descrevem como um movimento genuinamente empenhado na Jihad global contra todos os governos "ímpios", especialmente o Paquistão. Nesse sentido, o Estado Islâmico Khorasan, assim como o Estado Islâmico Central, tem sido eficaz em estabelecer uma reputação de atitude intransigente em relação à Jihad e à busca pelo Califado para governar o mundo inteiro, mostrando-se alinhados (Giustozzi, 2018; Doxsee; Thompson, 2021).



Contudo, existem algumas divergências. Por exemplo, em comparação com o ISIS, algumas das características ideológicas mais extremas do salafismo, como Takfir, não foram importadas para o Khorasan até o momento. O IS-K rejeita sua caracterização como grupo salafista. Além disso, outro ponto de divergência é que vários observadores externos insistem que o Estado Islâmico Khorasan recebeu apoio da Arábia Saudita e do Qatar, enquanto a questão do apoio ao Estado Islâmico Central por parte desses países permanece sujeita a debate (Giustozzi, 2018).

À vista disso, desde sua fundação em 2015, o IS-K recebeu apoio da liderança central do Estado Islâmico que se encontra no Iraque e na Síria. Dito isso, conforme o Estado Islâmico perde território e influência, ele tem se concentrado cada vez mais intensamente no Afeganistão para servir de base para seu califado global. Com esse objetivo em mente, o ISIS investiu recursos financeiros substanciais em sua ramificação na região de Khorasan, visando fortalecer suas conexões e organização na Ásia Central (Center for Strategic and International Studies, 2018).

O Afeganistão permanece como um dos principais destinos para combatentes terroristas estrangeiros na região, servindo também como ponto de partida para aqueles que deixam os campos de batalha no Levante. Nessa lógica, os atributos do Estado Islâmico Khorasan, como sua reputação global, proezas de relações públicas e recursos facilitam o recrutamento destes combatentes, os atraindo e centralizando ao mesmo tempo que os afastam de outros movimentos militantes (Center for Strategic and International Studies, 2018).

As estimativas do número de combatentes do Estado Islâmico Khorasan no Afeganistão variam consideravelmente. No início de fevereiro de 2016, um analista sugeriu que poderia haver até 8.500 combatentes e apoiadores do grupo apenas no Afeganistão. Em contrapartida, o Pentágono estimou entre 1.000 e 3.000 combatentes no mesmo período. Durante o auge do grupo, de agosto a dezembro de 2015, o número de combatentes variou entre 3.750 e 4.000, principalmente concentrados na província de Nangarhar. Em março de 2016, esse número diminuiu para cerca de 2.500. Em agosto de 2017, um alto funcionário de segurança afegão estimou que o número total de jihadistas lutando pelo Estado Islâmico Khorasan e pelos Talibã no país fosse de cerca de 7.000 pessoas. Em meados de 2018, autoridades militares dos EUA estimaram que o grupo tinha cerca de 2.000 combatentes. No entanto, autoridades afegãs sugeriram que o Estado Islâmico Khorasan poderia ter até 3.000 combatentes (Jalalzai, 2020b; Johnson, 2016).

Diante disso é importante pontuar que o IS-K opera sob uma estrutura de liderança hierárquica, liderada por um emir, atualmente Shahab al-Muhajir. Além do emir, a liderança



superior do Estado Islâmico Khorasan inclui um Conselho Consultivo Shura, bem como comandantes a nível provincial e líderes encarregados de diversos elementos funcionais da burocracia do grupo, como inteligência e logística. Embora os primeiros líderes do IS-K tenham sido principalmente do grupo central de comandantes do TTP que fundaram o grupo, houve uma diversificação desde então, e acredita-se que al-Muhajir seja de ascendência árabe - a primeira vez que o Estado Islâmico Khorasan foi liderado por um comandante de fora da região (Doxsee; Thompson, 2021).

Uma análise do grupo em 2016 descobriu que a maioria dos líderes de nível médio do IS-K eram ex-combatentes do Talibã. Exames mais recentes da liderança do grupo encontraram uma gama ainda mais ampla de afiliações anteriores ao grupo, incluindo ex-combatentes do Lashkar-e-Taiba e da Al Qaeda no subcontinente indiano. Esses combatentes geralmente possuem conhecimento e experiência locais significativos em guerra de insurgentes, aumentando sua eficácia tática (Doxsee; Thompson, 2021; Jalalzai, 2020b).

O Estado Islâmico Khorasan conseguiu recrutar com sucesso, explorando divisões entre grupos jihadistas existentes, oferecendo incentivos financeiros e promovendo ganhos no campo de batalha em nome do grupo central do Estado Islâmico no Iraque e na Síria. Embora haja alguns combatentes estrangeiros nas fileiras do IS-K, o recrutamento foi descrito como um "gotejamento" em vez de um aumento significativo, e a destruição do califado territorial do ISIS não resultou em um grande influxo de combatentes do Estado Islâmico para o Afeganistão (Doxsee; Thompson, 2021).

Falando mais especificamente sobre o financiamento do grupo, soma-se aos pagamentos feitos pelo Estado Islâmico Central, algumas outras fontes de financiamento: impostos, "contribuições" locais e fundos de doadores externos. Dessa forma, a receita tributária tem como fonte o tráfico de opioides de Nangarhar, Helmand e Zabul e atividades de mineração diversas. Em adição, foi estabelecido em 2015 um grupo de arrecadação de fundos, sob a Comissão de Finanças, com escritórios nos Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Catar, fazendo com que chegue dinheiro ao Estado Islâmico Khorasan vindo da Arábia Saudita, Catar e Paquistão, em conjunto com os impostos arrecadados localmente (Giustozzi, 2018). Logo, em virtude do que foi apresentado, é possível perceber que a fonte financeira do Estado Islâmico provém de fatores que alimentam o estado de conflito e economia de guerra local, além de corroborar que não são só as partes presentes no território que influenciam o cenário de fragilização, mas também financiadores e doadores de outros países que se beneficiam com a perpetuidade dos combates.

De forma mais detalhada, nos primeiros meses de operações, os comandantes do Estado Islâmico Khorasan receberam instruções para não angariar seus próprios fundos e confiar na logística fornecida pelas estruturas existentes. Em 2015, o Estado Islâmico começou a insistir que o IS-K deveria garantir parte de seu próprio financiamento localmente, por meio de impostos sobre agricultura, atividades econômicas e contrabando, com exceção das papoulas, após sua proibição em novembro de 2015 (Giustozzi, 2018).

Antes da proibição das papoulas, havia alegações de que o Estado Islâmico Khorasan planejava controlar as refinarias de heroína, muitas das quais estavam localizadas em territórios de seu controle como Achin, Momand Dara, Shinwari e Chaparhar. Nessa época, o IS-K impunha um imposto especial sobre contrabandistas, às vezes até 15% ou 20%. O grupo tinha agentes dedicados que coletavam fundos dos contrabandistas, com base em suas estreitas conexões com eles (Giustozzi, 2018).

Mesmo durante a implementação da proibição, o Estado Islâmico Khorasan continuou a utilizar quadros com experiência no tráfico de drogas, como Abdul Zahir Brahawi, cujos familiares continuaram a comercializar ópio e heroína. Brahawi e outros pressionaram o IS-K para levantar a proibição, que estava prejudicando seus interesses em áreas de intenso tráfico de drogas, como Helmand, Nimruz, Nangarhar e Baluchistão (Giustozzi, 2018).

As imposições de tributações locais estavam a todo vapor. Os caminhões parados ao longo das estradas foram sujeitos a taxas de até 9.000 dólares. Em adição, houve relatos generalizados de sequestros visando obter resgate, com cerca de 300 casos registrados até o final de 2015, resultando em resgates de até US\$20.000. Algumas fontes sugeriram que o IS-K estava transportando maquinário para áreas florestais, com o objetivo de aumentar a produção de madeira, visando lucrar diretamente ou para impor tributos sobre essa produção. A imposição de impostos locais pelas forças do Estado Islâmico Khorasan também foi confirmada por fontes de inteligência militar (Giustozzi, 2018).

Em meados de 2015, uma fonte de alto escalão do IS-K estimou sua receita anual em 25 milhões de dólares, excluindo impostos em espécie. Em outra fonte, a Comissão de Finanças relatou que no primeiro semestre de 2016, o Estado Islâmico Khorasan arrecadou 33 milhões de dólares em impostos, registrados como uma queda em relação ao ano anterior devido à proibição do cultivo de papoula de ópio imposta por Al-Afghani. No outono de 2015, as principais fontes de receita fiscal incluíam o comércio de ópio em Nangarhar, Helmand e Zabul (até a proibição no final de 2015) e algumas minas em Badakhshan e Achin de Nangarhar (Giustozzi, 2018).

Durante 2016, o IS-K assumiu o controle de várias outras atividades de mineração, como mármore, talco e pedras luminosas em Nangarhar (Hissarak, Achin, Kot, Ghani Khel) e em outros locais, como minas de urânio e carvão em Khaneshin e Helmand. Em alguns casos, o IS-K tomou controle direto das atividades de mineração, incluindo transporte e venda de pedras, enquanto em outros casos, preferiu tributar as empresas de mineração, com taxas variando de 200 a 500 rúpias paquistanesas por tonelada (dependendo do material), 1.500 rúpias paquistanesas por cavalo transportando madeira, ou 20% do valor de pedras e minerais preciosos (Giustozzi, 2018; Jalalzai, 2020c).

Além de tributar atividades ilícitas, o Estado Islâmico Khorasan começou a cobrar impostos sobre eletricidade, água e todas as atividades empresariais. Eles também aumentaram os impostos sobre mineração e começaram a tributar empresas mineradoras, além de cobrar taxas sobre a produção de madeira (Giustozzi, 2018). O IS-K não tributava agricultores pobres, concentrando-se em vez disso em lojistas e pessoas ricas, especialmente em áreas onde tinham controle consolidado. Isso ocorreu porque muitas das áreas onde operavam eram escassamente povoadas e pobres (Giustozzi, 2018).

No lançamento do Estado Islâmico Khorasan e durante os meses iniciais, o Estado Islâmico Central provavelmente foi a principal fonte de financiamento. No entanto, em 2016, o comprometimento do ISIS com o IS-K diminuiu em cerca de 22%, muito em virtude do próprio declínio que o IS-Central estava experienciando (Giustozzi, 2018). Um grupo de angariação de fundos, conhecido como Comunidade de Apoio aos *Mujahideen*, foi estabelecido em 2015, com escritórios nos Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Catar e outros locais. Este grupo recebeu dinheiro transferido por doadores privados e, supostamente, estatais no exterior, com uma parte significativa vindo de doadores privados ricos, empresários e prestadores de serviços do governo, principalmente da Arábia Saudita, Catar e outros países do Golfo Árabe. O dinheiro era transferido principalmente através de sistemas como hawala e, em menor medida, através de transações comerciais legais ao IS-K (Giustozzi, 2018).

Diante disso, têm-se a tabela abaixo que apresenta os valores destinados ao IS-K nos anos de 2015 e 2016 com base nos seus pilares de financiamento:

**Tabela 2 – Financiamento do Estado Islâmico Khorasan para os anos de 2015 e 2016**

Table 11: External funding accruing to the IS-K Finance Commission by source, in \$ million, according to internal sources<sup>71</sup>

	2015	2016
Governments	63–115	40
Private donors in Arab Gulf	66	120
IS-Central	100	78

Fonte: Giustozzi, 2018, p.170

Trazendo um panorama mais atual, em março de 2020, os militares afegãos capturaram o líder do Estado Islâmico Khorasan Aslam Farooqi e vários outros comandantes. Os militares iranianos colaboraram com os Talibã para proteger a fronteira terrestre do Irã com o Afeganistão e negar liberdade de movimento aos combatentes do IS-K. Em resposta a esses contratempos, o Estado Islâmico Khorasan passou por transformações internas, mantendo a capacidade de realizar ataques mortais no Afeganistão. Em 2019, o Estado Islâmico anunciou a existência de novas províncias no Paquistão e na Índia, áreas anteriormente sob a alçada do IS-K (Doxsee; Thompson, 2021).

Em junho de 2020, Shahab al-Muhajir foi nomeado o novo emir do Estado Islâmico Khorasan após a captura de seu antecessor, Farooqi. Em 2020, o Estado Islâmico Khorasan realizou ataques de alto perfil, apesar de controlar pouco território. Em junho de 2021, as Nações Unidas estimaram que o IS-K consistia em um grupo central de combatentes entre 1.500 e 2.200, baseados em províncias como Kunar e Nangarhar. Esses combatentes estão dispersos em células relativamente autônomas, operando sob a bandeira e a ideologia do Estado Islâmico, mantendo a capacidade de lançar ataques individuais (Doxsee; Thompson, 2021).

### **3. A ECONOMIA DE GUERRA COMO FERRAMENTA PARA COMPREENDER A ASCENSÃO E SUSTENTAÇÃO DO ESTADO ISLÂMICO KHORASAN**

Desde o início da década de 1990, os analistas de economia política do conflito afirmam que na guerra existem grupos que ganham com o conflito, seja na esfera social, política ou econômica. Dessa forma, Duffield (2001, p.139) afirma que a guerra “não é simplesmente um colapso num sistema particular, mas uma forma de criar um sistema alternativo de lucro, poder e até proteção” (Duffield, 2001, p.139). Durante os períodos de guerra, as economias muitas vezes aproveitam recursos locais, como diamantes aluviais, madeiras tropicais e produtos derivados da produção de coca e papoula, tanto de forma ilegal quanto legal, para conectá-los aos mercados globais e desenvolver um sistema econômico alternativo. Além disso, essas economias estabelecem conexões transfronteiriças com o submundo do comércio de armas, lavagem de dinheiro e redes criminosas internacionais (Duffield, 2002).

Como sistemas autônomos, as economias de guerra e as redes de grupos extremistas têm a capacidade de se interconectar, complementando-se. Essas redes penetraram nos mercados financeiros internacionais e demonstraram habilidade em explorar lacunas e práticas éticas questionáveis na economia global. Por conseguinte, os que são conhecidos como economias de guerra, redes fundamentalistas e sindicatos criminosos estão se aprofundando em um sistema só, tornando-se cada vez mais interligados, não apenas entre si, mas também com empresas legítimas e sistemas estabelecidos, criando estruturas mais fortificadas e que ultrapassam fronteiras (Duffield, 2002).

Dessa forma, nos capítulos anteriores, a discussão do conceito de economia de guerra e a caracterização do Afeganistão foram apresentadas, assim como todo o contexto histórico de criação e ascensão do Estado Islâmico Khorasan. Logo, com o arcabouço teórico e histórico destrinchados, é possível realizar a articulação entre teoria e empiria, mostrando como a perpetuação do estado de economia de guerra fragilizou o território a ponto de permitir o surgimento de novos grupos fundamentalistas no Afeganistão, em especial o Estado Islâmico Khorasan; e como a consolidação desses grupos serviu de combustível para a manutenção deste mesmo estado de economia de guerra.

#### **3.1. O estado de economia de guerra do Afeganistão como agente facilitador para a ascensão de do Estado Islâmico Khorasan e a participação dos agentes externos**

Segundo Cooper, Pugh e Goodhand (2004, p.65) “a experiência histórica mostra que a acumulação de capital em tempo de guerra é brutal e a guerra é a forma contemporânea mais comum de acumulação primitiva”. Logo, apesar de significativa, a acumulação dos lucros proporcionados é profundamente desigual, uma vez que grande parte é enviada a atores externos ou então é captada pelas elites locais. Também é importante pontuar que estas economias de guerra se baseiam na violência, no medo e na extorsão como modo de funcionamento (Peterson, 2014).

Sendo assim, os senhores da guerra, grupos fundamentalistas e outros atores participantes se aproveitam da fragilidade territorial e da alta lucratividade que o conflito apresenta, mantendo as dimensões internacionais e regionais da economia paralela afegã ativas. Outro fator que contribui para a manutenção desta economia é a descentralização dos poderes, ou seja, a desarticulação de um Estado eficaz, com capacidade e autoridade suficientes para a regulação econômica, o que mantém a atuação de múltiplos e fortes atores no mesmo conflito. Por último, a indústria do ópio também contribui para a manutenção da instabilidade, representando quase 60% do PIB do Afeganistão (Peterson, 2014; Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a).

Diante disso, retomando o contexto histórico do país a ser analisado, o Afeganistão é palco de múltiplos e sobrepostos conflitos armados não internacionais desde 2001. Ou seja, já são ao menos duas décadas de conflitos domésticos e disputas territoriais entre os grupos extremistas presentes na região, como por exemplo: Talibã, Frente Unificada, Rede Haqqani, Al-Qaeda, Estado Islâmico Khorasan, Frente de Resistência Nacional do Afeganistão, outros grupos que se colocam como resistência ao Talibã, entre outros grupos menores. Somando-se a isso, segundo o Country Guidance: Afghanistan (2023, p. 42), durante 18 anos ocorreram confrontos entre as forças do antigo governo, apoiadas por uma coalizão militar internacional, e as forças do Talibã, que voltaram a travar uma insurgência após a queda de seu regime em 2001 (European Union Agency for Asylum, 2023). Portanto, fica evidente a situação de fragilidade do território devido aos constantes conflitos e instabilidades.

Ademais, relatórios recentes sobre o comércio de ópio no Afeganistão destacam a ineficácia da coalizão da OTAN em erradicar essa atividade que é fundamental para a perpetuação da economia de guerra do país. Embora tenham sido registradas reduções gerais em algumas regiões, muitas áreas, especialmente aquelas com altos níveis de violência, continuam a testemunhar níveis elevados ou mesmo crescentes de produção de ópio (Peterson, 2014). Para além do comércio de opioides, o Afeganistão é palco de outras atividades ilegais que geram renda e violência, como o contrabando transfronteiriço de bens, tráfico de armas,

mineração ilegal e taxaço da populaço local, as quais também não foram limitadas e muito menos erradicadas.

Posto isto, é possível afirmar que o Afeganistão é um país fragilizado pelo conflito que o assola e, por conta disso, encontra-se em estado de economia de guerra. Em adiço a isso, verifica-se, a partir das colocaçoes feitas ao longo do trabalho, a perpetuaço dessa economia que alimenta a violêcia constante. Isso acontece, pois, a realizaço de atividades ilegais, como por exemplo o tráfcio de opioides, gera mais lucro que atividades lícitas como o cultivo do trigo, tornando não benéfico para os atores envolvidos - nesse caso tanto quem produz quanto quem financia - arcarem com os custos necessários para o desenvolvimento de um projeto de construçõ de paz e reconstruçõ do território.

Contudo, é necessária uma análise mais minuciosa deste processo para poder evidenciar a ascensõ do Estado Islâmico Khorasan no Afeganistão neste contexto e como o grupo posteriormente contribuiu para a manutenço da economia de guerra no país. Antes de sua ascensõ no Afeganistão é possível pontuar o seu processo de surgimento decorrente da Guerra na Síria.

Como já visto, o IS-K originou-se no contexto da guerra civil síria a partir da política de expansõ adotada pelo Estado Islâmico para a promoço de um Califado global. O cenário sírio de intensos conflitos também é marcado pela fragilizaço e desarticulaço do Estado, características estas que possibilitaram as investidas do Estado Islâmico para recrutamento de combatentes na intenço de formar uma nova célula. Deste modo, foi a economia de guerra presente na Síria que possibilitou o surgimento do Estado Islâmico Khorasan através da infiltraço do Estado Islâmico no país com o objetivo de potencializar a desestabilizaço local para aumentar seu raio de influêcia e, conseqüentemente, seu recrutamento de novos combatentes. Ademais, assim como na Síria, a fixaçõ e posterior ascensõ do grupo no Afeganistão foi possibilitada em decorrêcia da fragilizaço proporcionada pela economia de guerra e constantes conflitos desse território. Com suas incontáveis guerras, na década de 2010 o país já se encontrava bastante enfraquecido, permitindo a instauraço do IS-K em sua área.

Isto posto, a ascensõ do grupo fundamentalista na jurisdiço afegã mobilizou mais alguns fatores, sendo o principal a ser notado a descentralizaço do Estado. Com a desarticulaço de uma força centralizadora que possui o monopólio da força para fazer frente a agrupamentos insurgentes, diversos grupos pipocaram no território sem sofrer grandes represálias por parte do governo. Segundo Cooper; Pugh e Goodhand (2004b, p.10) “Estados como o Afeganistão, que continua a não ter uma autoridade central vigorosa com o monopólio da força interna, terão particular dificuldade em combater o poder dos senhores da guerra

regionais e as redes ilícitas que os apoiam”. Logo, o IS-K se instaurou no Afeganistão rivalizando apenas com outros grupos extremistas, mas sem um Estado forte para realizar interferências relevantes.

Somando-se a isto, também é importante pontuar que a descentralização do Estado geralmente vem acompanhada de uma forte necessidade de assistência externa e exploração local para levantar recursos financeiros. Dessa maneira, os grupos jihadistas afegãos têm como principais fontes de renda justamente o financiamento externo e a exploração de recursos locais, como a plantação de papoula, mineração, tributação da população local, entre outros. Reforçando mais uma vez a fragmentação do poder - tanto político como econômico - local afegão, uma vez que são os múltiplos agrupamentos que controlam o território ao invés de um poder centralizado.

Em outras palavras, primeiro o IS-K usou da situação de fragilização e economia de guerra para se estabelecer no território, depois - agora com o grupo consolidado - passaram a usufruir e alimentar o estado de economia de guerra local. Assim, uma economia de guerra - como já definido por Peterson (2014) - são sistemas em que os incentivos econômicos promovem a violência ou então sua manutenção. Dito isso, o Estado Islâmico Khorasan é conhecido por suas práticas agressivas utilizadas para implementar a Sharia, além de, por vezes entrar em atrito com a população local ou outros grupos, como o Talibã.

Em adição a estes comportamentos, a violência provocada pelo grupo se mostra como consequência natural das atividades realizadas para acumular capital. O IS-K tem seu financiamento advindo principalmente de pagamentos feitos pelo Estado Islâmico, mineração, impostos cobrados da população local, fundos de doadores externos, tráfico de drogas e tributações derivadas, medidas as quais promovem violência por si só ao aumentar as taxas de sequestro e contrabando, instaurar medo na população, entre outros.

Todavia, apesar dessas atividades fomentarem a violência, elas também são altamente lucrativas - o que acaba por estimular a violência, tendo em vista que com o alto índice de lucro, ninguém aceita para de realizar estas atividades. Então, o IS-K recebe armas, munições, combustível e apoio financeiro de intervenientes estatais e não estatais na região enquanto envia drogas, minérios e outros contrabandos para agentes externos, sendo um empreendimento lucrativo para ambos os lados.

Outrossim, mesmo com a violência, em alguns momentos esses grupos islâmicos fazem as vezes do Estado - uma vez que o governo afegão está desarticulado. Isto pois, apesar de perpetuar o conflito existente no país e tributar a população local, grupos como o Estado Islâmico Khorasan muitas vezes geram meios para as famílias marginalizadas se manterem,



como por exemplo o cultivo da papoula e a filiação ao grupo; além de, por vezes, oferecerem proteção e recursos a estas famílias.

Diante disso, como já visto em seções anteriores, a economia do ópio gerou alguns efeitos positivos em relação ao desenvolvimento, embora os benefícios tenham sido distribuídos de maneira desigual. Existem evidências de acumulação e investimento na economia da aldeia de Badakshan, o que parece ter fortalecido, em vez de enfraquecer, a segurança alimentar (Cooper; Pugh; Goodhand, 2004a). Somando-se a isto, famílias em situação de vulnerabilidade recorreram à plantação de papoula, uma vez que é uma das formas mais garantidas de assegurar a subsistência na agricultura já que os valores pagos pela papoula superam qualquer outra matéria-prima agrícola. Em adição a isso, a busca por proteção e a falta de alternativas de subsistência continuam sendo motivos poderosos para aderir a grupos militares, principalmente os jihadistas pois - como já mencionado - os salários oferecidos são altos, garantindo uma vida digna.

Em suma, é a instabilidade do território afegão que possibilitou a instauração de uma economia de guerra, o que - por sua vez - maximizou a fragilização. Logo, com o Afeganistão abalado fez-se possível o surgimento de outros grupos fundamentalistas além do Talibã (aqui em especial o Estado Islâmico Khorasan), os quais após sua fixação no local também passam a fomentar a economia de guerra. Isto acontece a partir das atividades desenvolvidas por estes, como o financiamento externo.

Os doadores externos - tais como Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Catar e Paquistão no caso do IS-K - se beneficiam dessas trocas e, por isso, seguem financiando os grupos, o que contribui para o estado de economia de guerra. Contudo, é o tráfico de opioides que age como um dos principais atores da manutenção deste estado. Pois, além do lucro que gera por si só, o valor que os plantadores de papoula recebem é tão superior ao de qualquer outro tipo de plantação que estes optam pelo plantio da primeira - mesmo que seja por uma questão de subsistência -, enraizando a economia de guerra em praticamente todos os setores econômicos do Afeganistão. Somando-se a isso, também são atividades comuns da economia de guerra afegã o contrabando transfronteiriço, taxaço da população local e, no caso específico, do IS-K a mineração, os quais geram muito dinheiro para os cofres dos grupos fundamentalistas.

Diante disso, apresenta-se o cenário já descrito no início do trabalho: descentralização estatal, dependência de apoio externo e exploração local, o que gera aumento da violência atrelada a fatores econômicos. Essas características se alimentam mutuamente, resultando em um ciclo vicioso de guerra, uma vez que as guerras atuais são financiadas por múltiplos agentes externos que lucram com o conflito, enquanto o território afetado - e sua população - é cada vez

mais explorado em busca de fontes de renda alternativas. Ou seja, foi a fragilização do Afeganistão por meio do conflito que permitiu a inserção do Estado Islâmico Khorasan, o qual depois de inserido no território passou a atuar na perpetuação deste estado, se retroalimentando; dinâmica que acontece com todos os grupos fundamentalistas existentes na região.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As guerras contemporâneas são caracterizadas por um Estado descentralizado, com participação reduzida da população e dependência de recursos locais e suporte externo. Complementando essa ideia, tem-se a definição de economias de guerra como sistemas em que estímulos econômicos incentivam a violência política ou financiam conflitos em andamento. Assim, essas definições destacam a interconexão entre fatores econômicos e conflitos armados, no qual as motivações econômicas podem perpetuar e intensificar a guerra.

Durante a Guerra Fria, o Afeganistão foi palco de um dos conflitos entre EUA e União Soviética da época, resultando na intervenção soviética (1979-1989) e na formação de grupos de resistência, como os *Mujahideen*. A guerra civil dos anos 1990 transformou profundamente o país, levando ao surgimento do Talibã, que assumiu o controle do Afeganistão em 1996. Após os ataques de 11 de setembro, os EUA intervieram militarmente em 2001, levando a uma guerra prolongada. A retirada das tropas internacionais e o acordo de paz com os Talibãs em 2020 marcam o fim da guerra, culminando com o retorno do Talibã ao poder no país.

Sendo assim, a economia de guerra afegã remonta às décadas de guerra e instabilidade, impulsionada pela produção e comércio de drogas, contrabando e recursos naturais. A guerra civil (1992-1996) consolidou essa economia, com o Talibã assumindo o controle e lucrando com o comércio transfronteiriço e o de drogas - principalmente opioides. Apesar dos esforços internacionais para combater essa economia ilegal, incluindo sanções e programas de erradicação de drogas, a economia de guerra continua a prosperar. Os senhores da guerra regionais mantêm seu domínio, aproveitando-se da fraqueza e desarticulação do Estado central e da falta de alternativas econômicas para a população.

Contudo, outra faceta importante é o Estado Islâmico e o consequente Estado Islâmico Khorasan. Abu Musab al-Zarqawi é considerado o fundador do grupo fundamentalista e, ao sair da prisão em 1999, buscou apoio da Al-Qaeda. Com o suporte do grupo de Bin Laden, implementou seu próprio campo de treinamento no Afeganistão, no qual recrutava combatentes do Irã, Síria e Líbano. Após sua morte em 2006, uma célula da Al-Qaeda no Iraque formou o Estado Islâmico, liderado por Abu Omar al-Baghdadi.

O Estado Islâmico expandiu-se em meio ao vácuo de poder no Iraque e à guerra civil na Síria, consolidando seu controle territorial e estabelecendo uma economia sustentável, principalmente através do controle de recursos naturais, saques e extorsões. Em 2014 o grupo

fundamentalista proclamou um Califado, expandindo-se globalmente e atraindo mais recrutas devido ao seu poder militar e financeiro.

Nesse sentido, foi concomitantemente a esse momento que os esforços de recrutamento se voltaram para atrair voluntários para a filial do Khorasan - uma região que engloba Irã, Ásia Central, Afeganistão e Paquistão -, o que aconteceu sem ser percebido pelo Talibã afegão, captando recrutas a partir da promessa de glória e alta remuneração. Logo, antes mesmo dos acontecimentos de 2014 e da proclamação do Califado, o Estado Islâmico já estava atraindo afegãos, paquistaneses e centro-asiáticos para o grupo.

Portanto, durante 2014 grupos difusos associados ao Estado Islâmico começaram a se centralizar ao redor de lideranças tidas como principais e a formar organizações, ou motivados diretamente por emissários do Estado Islâmico Central ou reconhecidos pelo Estado Islâmico como sendo parte do mesmo. Em janeiro de 2015, Abu Muhammed al-Adnani, principal porta-voz do Estado Islâmico Central, declarou a criação do *Wilayat* (“Província”) Khorasan.

É importante ressaltar que o Estado Islâmico Khorasan não é meramente uma subsidiária do grupo central, mas sim uma província deste último, desfrutando de uma considerável autonomia. Como resultado, a ramificação do Khorasan apresenta autoridade para tomar decisões relacionadas às operações militares, aquisições, salários, recrutamento e orçamento, sem a necessidade de consultar o Estado Islâmico Central.

À medida que o Estado Islâmico perdeu território e influência - o que começou a acontecer em 2016 -, o foco do grupo jihadista tem se voltado cada vez mais para o Afeganistão - ou seja, o Estado Islâmico Khorasan - que serve como base para seu califado global. Com esse propósito em mente, o Estado Islâmico tem investido consideráveis recursos financeiros em sua ramificação na região de Khorasan, com o objetivo de fortalecer suas conexões e sua organização na Ásia Central. Os atributos distintivos do ISIS-K, como sua reputação global, suas habilidades de relações públicas e seus recursos financeiros - em especial os bons salários que pagavam a seus filiados -, facilitaram o recrutamento de combatentes, os atraindo e centralizando ao mesmo tempo que os afasta de outros movimentos militantes.

Somando-se aos pagamentos do Estado Islâmico Central, o grupo fundamentalista do Khorasan possui diversas outras fontes de financiamento, incluindo impostos, contribuições (compulsórias) locais e fundos de doadores externos. Dessa forma, a receita tributária é proveniente do tráfico de opioides em Nangarhar, Helmand e Zabul, bem como de diversas atividades de mineração (sendo estas a principal fonte de arrecadação interna do grupo) e seus principais financiadores externos são os Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Catar e Paquistão. Logo, é possível perceber que a fonte financeira do Estado Islâmico provém de

fatores que alimentam o estado de conflito e economia de guerra local, além de corroborar que não são só as partes presentes no território que influenciam o cenário de fragilização, mas também financiadores e doadores de outros países que se beneficiam com a perpetuidade dos combates.

Diante disso, a ascensão do Estado Islâmico Khorasan no Afeganistão foi facilitada pela fragilidade gerada pela economia de guerra e conflitos constantes. A descentralização do Estado permitiu a instalação do ISIS-K, o qual rivalizou com outros grupos extremistas, como o Talibã, por exemplo. Financiado por doadores externos e atividades como mineração e tráfico de drogas, o Estado Islâmico Khorasan perpetua a violência para acumular capital.

Portanto, em suma, a instabilidade crônica no Afeganistão tem sido o catalisador para o estabelecimento de uma economia de guerra, exacerbando ainda mais a fragilidade da região. A economia de guerra no país, alimentada pelo tráfico de ópio e outras atividades ilegais, mantém um ciclo vicioso de conflito e instabilidade. A fragilidade do país permitiu não apenas o surgimento do Talibã, mas também de outros grupos fundamentalistas, como o Estado Islâmico Khorasan, que, uma vez estabelecidos, contribuem para a manutenção desse estado por meio de atividades econômicas que incitam a violência. Além disso, doadores estrangeiros beneficiam-se dessas transações, continuando a apoiar os grupos, o que alimenta também o ciclo da economia de guerra.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUTISTA, Margarida. Estado e economia no Estado Islâmico. In: LEÃO, Augusto Veloso; BASSI, Danilo Guiral (org.). **Para Começar a Entender o Estado Islâmico**. Rio de Janeiro: Editora Ufjf, 2023. p. 117-142. ISBN: 978-65-88388-08-2.

BBC NEWS BRASIL. **Mapas explicam batalha do 'EI' pela Síria e pelo Iraque**. 2014. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141015\\_mapas\\_siria\\_lab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141015_mapas_siria_lab). Acesso em: 18 mar. 2024.

BRIVATI, Brian (ed.). **Losing Afghanistan: the fall of kabul and the end of western intervention**. Hull: Biteback Publishing, 2022. 368 p.

CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNATIONAL STUDIES (CSIS). **Islamic State Khorasan (IS-K)**. 2018. Disponível em: <https://www.csis.org/programs/transnational-threats-project/past-projects/terrorism-backgrounders/is>. Acesso em: 18 jun. 2023.

COCKBURN, Patrick. **The Rise of Islamic State: ISIS and The New Sunni Revolution**. New York: Verso, 2015. 70 p.

COOPER, Neil; PUGH, Michael; GOODHAND, Jonathan. **War economies in a regional context: challenges of transformation**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2004a. 273p.

COOPER, Neil; PUGH, Michael; GOODHAND, Jonathan. War Economies in a Regional Context: overcoming the challenges of transformation. **International Peace Institute**, Nova York, p. 1-16, mar. 2004b.

DOMINGOS, Anaíza de Carvalho. **A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DO CALIFADO: O Estado Islâmico e Suas Bases de Sustentação**. 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.942>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DOXSEE, Catrina; THOMPSON, Jared. **Examining Extremism: Islamic State Khorasan Province (ISKP)**. Islamic State Khorasan Province (ISKP). 2021. Postado pelo Center for Strategic and International Studies. Disponível em: <https://www.csis.org/blogs/examining-extremism/examining-extremism-islamic-state-khorasan-province-iskp>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DUFFIELD, Mark. **Global Governance and the New Wars: the merging of development and security**. Londres e Nova York: Zed Books, 2001.

DUFFIELD, Mark. War as a Network Enterprise: the new security terrain and its implications. **Cultural Values**, [S.L.], v. 6, n. 1-2, p. 153-165, jan. 2002. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/1362517022019793>.

EUROPEAN UNION AGENCY FOR ASYLUM (EUAA). **Country Guidance: Afghanistan**. Luxemburgo: Publications Office Of The European Union, 2023. 170 p. ISBN: 978-92-9403-

060-3 DOI: 10.2847/26762. Disponível em: <https://euaa.europa.eu/country-guidance-afghanistan-2023>. Acesso em: 18 jun. 2023.

G1. **Estado Islâmico-Khorasan: conheça o grupo extremista rival do Talibã que espalha terror no Afeganistão**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/26/estado-islamico-khorasan-conheca-o-grupo-extremista-rival-do-taliba-que-espalha-terror-no-afeganistao.ghtml>. Acesso em: 18 mar. 2024.

GEO5 INTERNACIONAL. **Bandeira do Estado Islâmico (ISIS)**. 2024. Disponível em: <https://geo5.net/bandeira-do-estado-islamico/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

GERGES, Fawaz A.. **ISIS: A History**. Princeton: Princeton University Press, 2021. 417 p.

GIUSTOZZI, A. **The Islamic State in Khorasan: Afghanistan, Pakistan and the New Central Asian Jihad**. Hurst, 2018.

GOMES, Aureo de Toledo; MIKHAEL, Michelle Mitri. Terror or Terrorism? Al-Qaeda and the Islamic State in Comparative Perspective. **Brazilian Political Science Review**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 1-27, 26 mar. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1981-3821201800010002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/4KtdTxmZGczgWKJH4qMfNBN/?lang=en>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GOODSON, Larry P.. **Afghanistan's Endless War: state failure, regional politics, and the rise of the taliban**. Seattle And London: University Of Washington Press, 2001. 264 p.

JACKSON, Richard. Introduction. In: JACKSON, Richard (ed.). **Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies**. New York: Routledge, 2016. Cap. 1. p. 20-43.

JALALZAI, Musa Khan. **Afghan National Army: the cia-proxy militias, fatemyoun division, taliban and the islamic state of khorasan**. Delhi: Vij Books India Pvt Ltd, 2020a.

JALALZAI, Musa Khan. **Jihad in Central Asia: foreign fighters, the islamic state of khorasan, the chechens and uyghur islamic front in china**. Delhi: Vij Books India Pvt Ltd, 2020b.

JALALZAI, Musa Khan. **Massive Plunder of Afghanistan's Mineral Wealth: the us and nato burglars, taliban, islamic state of khorasan, and jihadist groups of central asia, go-fifty-fifty**. Delhi: Vij Books India Pvt Ltd, 2020c.

JALALZAI, Musa Khan. **The Islamic State of Khorasan and the Prospect of Nuclear Jihad against Russia and Central Asia**. Delhi: Vij Books India Pvt Ltd, 2019.

JOHNSON, Casey Garret. The Rise and Stall of the Islamic State in Afghanistan. **Us Institute Of Peace**, Washington, n. 395, p. 1-16, 2016.

KALDOR, Mary. **New & Old Wars: organised violence in a global era**. 3. ed. Cambridge: Polity Press, 2012. 268 p.

KALYVAS, Stathis N.. "New" and "Old" Civil Wars: a valid distinction?. **World Politics**, [S.L.], v. 54, n. 1, p. 99-118, out. 2001.

O GLOBO. **A expansão do Estado Islâmico**. 2014. Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/mundo/a-expansao-do-estado-islamico.html>. Acesso em: 18 mar. 2024.

OSMAN, Borhan. The Islamic State in ‘Khorasan’: how it began and where it stands now in nangarhar. **Afghanistan Analysts Network**, [S.L.], p. 1-14, jul. 2018.

PETERSON, Jenny (2014). **Building a peace economy**. Manchester: Manchester University Press.

RUBIN, Barnett R.. **Afghanistan: What Everyone Needs To Know**. New York: Oxford University Press, 2020. 353 p.

RUCHEL, Gabriela; VIEIRA, Maria Gabriela de O.. Afeganistão em guerra: invasão e insurgência (2001- 2020). **Dossiê de Conflitos Contemporâneos**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 4-12, mai. 2021.

RUNION, Meredith L.. **The history of Afghanistan**. Westport: Greenwood Press, 2007. 185 p.

SHAPIRO, Jacob. A Predictable Failure: The Political Economy of The Decline of The Islamic State. **CTC Sentinel**, West Point, v. 9, n. 9, p. 28-32, set. 2016. Mensal.

STERGIOU, Dimitrios. ISIS political economy: financing a terror state. **Journal Of Money Laundering Control**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 189-207, 3 maio 2016. Emerald.  
<http://dx.doi.org/10.1108/jmlc-06-2015-0021>.

STERN, Jessica; BERGER, J. M.. **ISIS: the state of terror**. Londres: William Collins, 2015. 416 p.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **World Drug Report: 2022**. Viena: United Nations, 2022. ISBN: 9789211483758.

WOODWARD, Susan (2013). The political economy of peacebuilding and international aid. In: MAC GINTY, Roger. **Routledge Handbook of Peacebuilding**. London: Routledge.